

The logo for Banco Real, featuring the words "BANCO REAL" in white, bold, uppercase letters on a dark blue rectangular background. A thin yellow horizontal line is positioned above the top edge of the dark blue rectangle.

INFRABRASIL

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

(“INFRABRASIL” OU “FUNDO”)

3º RELATÓRIO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL (ECR)

Março de 2008

ÍNDICE

- I. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO E PERÍODO COBERTO PELO RELATÓRIO
- II. SITUAÇÃO DO PROJETO
- III. INFORMAÇÕES AMBIENTAIS
- IV. PLANOS DE AÇÃO CORRETIVA
- V. INCIDENTES SIGNIFICATIVOS
- VI. COMPROMISSOS NEGATIVOS
- VII. CONCLUSÕES DO PERÍODO

Lista de Anexos

1. Declaração de Intenção SOI - PCHs Serra da Prata/BA
2. Relatório de Viabilidade de EHS - PCHs Serra da Prata/BA
3. Notificação – PCHs Serra da Prata/BA
4. Declaração de Intenção SOI – Expansão da HAZTEC Tecnologia e Planejamento Ambiental/RJ
5. Relatório de Viabilidade de EHS - Expansão da HAZTEC Tecnologia e Planejamento Ambiental/RJ
6. Notificação – Expansão da HAZTEC Tecnologia e Planejamento Ambiental/RJ
7. Declaração de Intenção SOI – Projeto Renova
8. Relatório de Viabilidade de EHS – Projeto Renova
9. Notificação – Projeto Renova

I. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO E PERÍODO COBERTO PELO RELATÓRIO

O presente Relatório tem por objetivo atender a cláusula 6.13 (f) do contrato de empréstimo entre o BID e o InfraBrasil datado de 5 de julho de 2006. Este relatório cobre as atividades do InfraBrasil do ponto de vista de observância socioambiental no período compreendido entre 1º de julho de 2007 a 31 de dezembro de 2007.

II. SITUAÇÃO DO PROJETO

O InfraBrasil Fundo de Investimentos em Participação (“Fundo” Ou “InfraBrasil”) realizou no segundo semestre de 2007 investimentos no valor total de R\$126.000.000,00 (cento e sessenta e seis milhões de reais). Este valor foi desembolsado da seguinte forma:

(i) em 30/11/2007 o InfraBrasil investiu R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais) adicionais em um nova emissão de debêntures da Companhia Energética Rio da Prata S.A. (“CERP”), complementando o investimento original de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) realizado em 18/01/2007 nas PCHs localizadas no Rio Grande do Sul.

(ii) total de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) na aquisição de debêntures conversíveis de emissão da GLEP Energias Renováveis e Participações S.A. (“GLEP”). Destes, R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais), desembolsados em 31/07/2007, foram utilizados pela GLEP para os investimentos iniciais na PCH Piedade localizada no estado de Minas Gerais. Em 29/11/2007 foram investidos R\$13.000.000,00 (treze milhões de reais) adicionais, desta vez para fazer frente a investimentos iniciais na PCH Santa Luzia localizada em Santa Catarina.

(iii) R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) em 10/09/2007 na aquisição de debêntures de emissão da Enerbrás Centrais Elétricas S.A. (“Enerbrás”) para o financiamento do desenvolvimento de três PCHs localizadas no estado da Bahia.

(iv) total de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) em 21/11/2007 em novas ações da Haztec Tecnologia e Planejamento Ambiental S.A. (“Haztec”). Localizada no Rio de Janeiro, a Haztec atua no segmento de serviços ambientais tais como diagnóstico e remediação de áreas contaminadas e serviço de tratamento de efluentes.

Em 31/12/2007 havia 42.500.000,00 (quarenta e dois milhões e quinhentos mil reais) aprovados pelo Comitê, porém ainda não desembolsados, sendo R\$ 32.500.000,00 (trinta e dois milhões e quinhentos mil reais) para a GLEP e R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para a Enerbrás.

Em 30 de outubro de 2007, o Fundo sacou o montante de US\$ 13.000.000,00 (treze milhões de dólares americanos) do contrato de empréstimo do BID. Estes recursos, totalizando R\$22.791.600,00 foram utilizados para a complementação aos recursos dos quotistas para fazer frente aos desembolsos do Fundo.

Até o final de dezembro de 2007 foram integralizados pelos quotistas R\$ 155.564.646,00 (cento e cinquenta e cinco milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil e seiscentos e quarenta e seis reais).

As quotas do Fundo fecharam o ano com uma valorização positiva de 14.1%, resultante dos ganhos de aplicação financeira da carteira de debêntures.

De acordo com o Contrato de Empréstimo, o InfraBrasil está em conformidade com a legislação brasileira ambiental, social, trabalhista ou de saúde e segurança.

II 1 Situação Individual dos Projetos de Investimento

No período coberto pelo Relatório, houve cinco projetos novos aprovados pela equipe ambiental do InfraBrasil, sendo que os mesmo encontram-se até a presente data em conformidade com a legislação ambiental brasileira e não houve desvio do contrato de emissão de debêntures ou necessidade de ações corretivas, conforme descrito sucintamente a seguir. A íntegra de todos os documentos gerados pela equipe ambiental do InfraBrasil encontra-se nos anexos desse Relatório. Todos os documentos encaminhados pelo emissor do primeiro investimento do Fundo está em posse da equipe ambiental do InfraBrasil e à disposição do BID e dos consultores independentes.

PROJETO PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS (PCHs) SERRA DA PRATA (41,8 MW)

O projeto Serra da Prata é de responsabilidade da ESPRA – Energética Serra da Prata de propriedade da empresa Enerbras Centrais Elétricas Ltda. e consiste da construção de um complexo formado por três usinas hidrelétricas denominadas Colino 1, Colino 2 e Cachoeira da Lixa, a partir do aproveitamento dos potenciais hidráulicos dos rios Colino e Jucuruçu do Sul, localizados na região de São João do Prata, envolvendo os municípios de Jucuruçu, Vereda e Itamarajú no Estado da Bahia.

Situação de Conformidade Ambiental com as Exigências de EHS

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais assinadas em outubro de 2006 e seu respectivo status de atendimento até 31 de dezembro de 2007.

Exigências de EHS

- Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais;

Status: Atendida. As exigências das Licenças estão sendo atendidas dentro do cronograma estabelecido e não foram identificadas não-conformidades e situações de risco que possam comprometer a fase de operação dos projetos.

- Comunicar qualquer solicitação de revisão de exigência constante das Licenças de Implantação;

Status: Não houve solicitação de revisão de exigência no período analisado.

- Encaminhar cópia dos ofícios, autorizações, licenças e relatórios trocados com os órgãos ambientais;

Status: Atendida.

- Manter o CRA permanentemente atualizado com informações sobre a evolução dos programas ambientais;

Status: Atendida. Documentação constante dos Relatórios de evolução das condicionantes ambientais.

- Apresentar em um prazo de 90 dias o Relatório “Condicionantes da Licença de Implantação” com correspondentes custos e cronograma físico-financeiro;

Status: Atendida.

- Definir os termos e condições de execução do programa de Compensação Ambiental previsto na Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Conservação) com a CRA, antes da emissão da Licença de Operação;

Status: Atividade em desenvolvimento.

- Desenvolver e implementar um sistema de gestão ambiental para a fase de operação das PCHs.

Status: Atividade em desenvolvimento.

Relatórios de Monitoramento de EHS

- Fase de Construção – Cópia dos Relatórios Trimestrais de Andamento dos Programas do Projeto Básico Ambiental das PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2, até o início da operação dos empreendimentos, contendo o estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental, estágio de implementação dos programas ambientais, planos de monitoramento e cronograma físico-financeiro;

Status: Atendida.

- Fase de Operação – Cópia de Relatórios Trimestrais a serem encaminhados para a CRA, contendo a descrição das atividades socioambientais desenvolvidas pelas empresas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nas Licenças de Operação; e

Status: Atividade ainda não iniciada.

- Após o primeiro ano de operação, apresentar Relatórios Semestrais nos primeiros 3 anos de operação e anual até o final do financiamento.

Status: Atividade ainda não iniciada.

PROJETO DE EXPANSÃO DA HAZTEC TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO AMBIENTAL

O projeto consiste do investimento para desenvolver o Plano de Negócios da para o Período 2007 – 2009, visando o início um novo ciclo de desenvolvimento da empresa através de crescimento orgânico e por aquisições.

Situação de Conformidade Ambiental com as Exigências de EHS

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais e seu respectivo status de atendimento até 31 de dezembro de 2007.

Exigências de EHS

Pré-Desembolso

- Apresentar os Planos de Ação atualizados contendo escopo de trabalho de *Due Diligence* ambiental;

Status: Atendida.

- Previsão de implementação de um sistema de gestão baseado na norma SA 8000, além das certificações já previstas (ISO 14001 e OSHAS 1800);

Status: Atendida. Atividade em fase de execução. A Haztec está aprimorando o seu sistema de gestão de Q-SMS visando a tríplice certificação pelas normas ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18000.

- Executar *Due Diligence* ambiental em todas as empresas previstas no Plano de Aquisição e Integração a apresentar Relatório consolidado para cada empresa;

Status: Atendida. Atividade em desenvolvimento para cada processo de aquisição. A Haztec apresentou os procedimentos de due diligence e Relatório Final para a aquisição da Geoplan.

Pós-Desembolsos

- Aperfeiçoar o sistema de contratação de seguro ambiental para os serviços associados às Linhas de Negócio LNs III, IV, V;

Status: Atividade ainda não iniciada.

- Compartilhar com os órgãos ambientais envolvidos novas tecnologias e boas práticas relativas aos serviços propostos,

Status: Atividade ainda não iniciada.

- Promover o uso da tecnologia/metodologia mais adequada para o desenvolvimento de cada Linha de Negócio;

Status: Atividade em desenvolvimento.

- Cumprir e fazer cumprir com todas as exigências previstas na legislação ambiental e trabalhista;

Status: Atendida.

- Auxiliar as empresas subcontratadas no total cumprimento da legislação ambiental e trabalhista;

Status: Atendida.

- Comunicar qualquer tipo contingência, multa, acidente, ação civil ou criminal envolvendo a Haztec e seus fornecedores;

Status: No período analisado não houve ocorrência.

O InfraBrasil deverá monitorar o sistema de gestão ambiental da Haztec, por meio de visitas, revisão da documentação e contratar consultoria independente nas atividades de supervisão e monitoramento do Projeto, se necessário.

- **Status:** Atividade em desenvolvimento.

Relatórios de Monitoramento de EHS

- Fase de Aquisição – Relatório quadrimestrais de Atividades, contendo a descrição das atividades desenvolvidas pela Haztec e definidas no Plano de Ação;

Status: Atendida.

- Fase de Pós Aquisição – Após o primeiro ano de consolidação do Plano de Negócio, apresentar Relatórios Semestrais nos 3 primeiros anos de operação e anual até o final do financiamento.

Status: Atividade em desenvolvimento.

PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS - PCHS – PROJETO RENOVA

O projeto Renova Energia de responsabilidade da empresa Enerbras Centrais Elétricas Ltda. consiste do desenvolvimento e construção de um 24 Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs), distribuídas em 7 estados brasileiros a partir do aproveitamento dos potenciais hidráulicos de diversos cursos d'água, envolvendo 15 PCHs no Estado da Bahia, 3 em Minas Gerais, 2 no Mato Grosso do Sul, 1 no Mato Grosso e 4 no Paraná, totalizando uma potência de 233,4 MW. Além desses projetos estão sendo inventariados outros 16 aproveitamentos nos Estados do Tocantins, Maranhão, Bahia e Minas Gerais, com potencial de geração de 645 MW.

Situação de Conformidade Ambiental com as Exigências de EHS

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais assinadas em outubro de 2006 e seu respectivo status de atendimento até 31 de dezembro de 2007.

Pré Desembolso

- Apresentar o escopo do Sistema de Gestão Ambiental para a Renova Energia S.A., contendo cronograma de implantação, ações, custos e responsabilidades;

Status: Atendida. Atividade em desenvolvimento.

Pós Desembolso

- Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais;

Status: Atividade ainda não iniciada.

- Apresentar cópia dos estudos ambientais (Estudo de Impacto Ambiental e respectivos Relatórios EIA/RIMA ou Relatório Ambiental Simplificado-RAS) para cada Pequena Central Hidrelétrica-PCH;

Status: Atividade ainda não iniciada.

- Comunicar qualquer solicitação de revisão de exigência constante das Licenças Ambientais para cada projeto;

Status: Atividade ainda não iniciada.

- Encaminhar cópia dos ofícios, autorizações, licenças e relatórios trocados com os órgãos ambientais;

Status: Atividade ainda não iniciada.

- Manter os órgãos permanentemente atualizados com informações sobre a evolução dos programas ambientais para cada projeto;

Status: Atividade ainda não iniciada.

- Apresentar Relatório de Atividades do programa de aquisição de terras e benfeitorias, contendo informações detalhadas sobre as negociações com proprietários e não proprietários, custos e ações desenvolvidas;

Status: Atividade ainda não iniciada.

- Definir os termos e condições de execução dos programas de Compensação Ambiental previstos na Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Conservação) com os órgãos ambientais, antes da emissão da Licença de Operação;

Status: Atividade ainda não iniciada.

- Desenvolver e implementar um Sistema de Gestão Ambiental para a fase de operação das PCHs.

Status: Atividade ainda não iniciada.

Relatórios de Monitoramento de EHS

- Fase de Viabilidade das PCHs – Relatórios Trimestrais de andamento do licenciamento ambiental do projetos, contendo estágio de evolução dos estudos ambientais, licenças, outorgas, e autorizações governamentais e audiência pública;

Status: Atividade ainda não iniciada.

- Fase de Construção das PCHs – Cópia dos Relatórios Semestrais de Andamento dos Programas do Projeto Básico Ambiental, até o início da operação dos empreendimentos, contendo o estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental, estágio de implementação dos programas ambientais, planos de monitoramento e cronograma físico-financeiro;

Status: Atividade ainda não iniciada.

- Fase de Operação das PCHs – Cópia de Relatórios Semestrais a serem encaminhados para os órgãos ambientais, contendo a descrição das atividades socioambientais desenvolvidas pelas empresas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nas Licenças de Operação; e

Status: Atividade ainda não iniciada.

- Após o primeiro ano de operação, apresentar Relatórios Semestrais nos primeiros 3 anos de operação e anual até o final do financiamento.

Status: Atividade ainda não iniciada.

II.2 Situação Individual dos Projetos de Investimentos Aprovados nos Períodos Anteriores

PROJETO PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS (PCHs) DA ILHA (26MW) E JARARACA (28MW)

Situação de Conformidade Ambiental com as Exigências de EHS

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais assinadas em outubro de 2006 e seu respectivo status de atendimento até 31 de dezembro de 2007.

Relatórios de Monitoramento de EHS

- Fase de Construção – Cópia dos Relatórios Trimestrais de Andamento dos Programas do Projeto Básico Ambiental das PCHs Da Ilha e Jararaca, até o início da operação dos empreendimentos, contendo o estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental, estágio de implementação dos planos de monitoramento e cronograma físico-financeiro;

Status: Atendida. Foi apresentado Relatórios Trimestrais dos Programas Ambientais das PCHs da Ilha e Jararaca contendo a descrição das atividades do PBA (Programa Básico Ambiental) desenvolvidas entre os meses de outubro a dezembro de 2007 e as previstas para o trimestre seguinte..

- Fase de Operação – Cópia de Relatório Trimestrais a serem encaminhados para a FEPAM, contendo a descrição das atividades socioambientais desenvolvidas pelas empresas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nas Licenças de Operação;

Status: Atividade ainda não iniciada. O primeiro compromisso de relatório pós LO será em abril de 2008.

- Após o primeiro ano de operação, apresentar Relatórios Semestrais nos primeiros 3 anos de operação e anual até o final do financiamento;

Status: Atividade ainda não iniciada.

Exigências de EHS

- Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais;

Status: Atendida. As exigências das Licenças estão sendo atendidas dentro do cronograma estabelecido e não foram identificadas não-conformidades e situações de risco que possam comprometer a fase de operação dos projetos. Todas as exigências foram atendidas, o que possibilitou a emissão das Licenças de Operação.

- Comunicar qualquer solicitação de revisão de exigência constante do PBA ou das Licenças de Instalação;

Status: No período analisado houve uma solicitação de incluir, no PBA, o Programa de Monitoramento de Macrófitas. Este está sendo desenvolvido de acordo com o descrito nos relatórios trimestrais entregues.

- Encaminhar cópia dos ofícios, autorizações, licenças e relatórios trocados com os órgãos ambientais;

Status: Atendida. Documentação constante do Relatório Trimestral.

- Manter o site da HT Hidrotérmica permanentemente atualizado com informações sobre a evolução dos programas ambientais e resultado das reuniões públicas;

Status: Atendida. O site da Hidrotérmica é atualizado frequentemente e as informações ambientais estão adequadamente tratadas (www.ht-hidrotermica.com.br). Além disso, foi criado o site Guardiões da Natureza (www.guardioesdanatureza.com.br) para divulgar o programa de educação ambiental de mesmo nome. Este site também passará por uma reestruturação para adequar-se à nova fase dos empreendimentos.

- Apresentar em um prazo de 180 dias os custos dos mecanismos de transposição para peixes ou a declaração favorável da FEPAM sobre a não necessidade de instalação desses mecanismos;

Status: Exigência parcialmente atendida. A Hidrotérmica apresentou à FEPAM uma justificativa para a não execução de um dispositivo de transposição. Esta baseia-se principalmente no fato de que as usinas que existem a jusante deste rio, já após a confluência com o rio das antas, não possuem mecanismos, o que interrompe a possível rota migratória de espécies reuflílicas. Existem outros argumentos sobre a inexistência destas espécies na região que também foram expostas ao órgão ambiental. Este por sua vez ainda não se manifestou diante do que foi apresentado. Os monitoramentos de ictiofauna continuarão durante a operação dos empreendimentos.

- Apresentar em um prazo de 180 dias os custos adicionais de aquisição de terras para ampliação da Área de Preservação Permanente ou declaração favorável da FEPAM sobre a não necessidade dessa extensão;

Status: Exigência atendida. As Área de Preservação Permanente (APPs) já foram adquiridas. As áreas que não correspondiam a faixa de 100 m foram compensadas em áreas equivalentes, através da aquisição de áreas contíguas aos reservatórios. A proposta das áreas de APP a serem formadas foi aceita pela FEPAM.

- Definir os termos e condições de execução do programa de Compensação Ambiental previsto na Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Conservação) com a FEPAM, antes da emissão da Licença de Operação;

Status: Exigência parcialmente atendida. Os termos e condições de execução deste programa ainda não foram definidos. O empreendedor aguarda a conclusão do “Estudo para a Criação e Implantação de Unidades de Conservação na Bacia do Rio Taquari-Antas” conforme deliberação da Câmara Estadual de Compansação Ambiental – CECA.

- Iniciar a formação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) antes do início da operação das PCHs, conforme previsto na Licença de Instalação;

Status: Atendida. A formação das APPs já foi iniciada. Conforme acordado em reunião com o órgão ambiental e ratificado pelo Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatórios Artificiais (PACUERA) as Áreas de Preservação Permanentes das PCHs Jararaca e da Ilha serão de largura variável. As propriedades foram adquiridas. O plantio de mudas de árvores nativas nas áreas de APP a serem reflorestadas iniciou no mês de abril de 2007 e seguem cronograma específico.

- Contratar um profissional de saúde, segurança e meio ambiente para os canteiros de obras, que responda para o gerente de meio ambiente da HT Hidrotérmica;

Status: Atendida. Os profissionais foram contratados por empresas prestadoras de serviço e respondiam também à gerência de meio ambiente da Hidrotérmica. O engenheiro de segurança Helder Simões Vidal, funcionário da CESBE Engenharia e Empreendimentos, responde pela segurança da obra. O biólogo Fábio Lisboa, funcionário da Biolaw Consultoria Ambiental responde pelo meio ambiente e, para a parte de saúde, foi contratada a empresa Prevenir – Medicina e Segurança do Trabalho para atuar no ambulatório do canteiro de obras

- Desenvolver e implementar um sistema de gestão ambiental para a fase de operação das PCHs.

Status: Atendida. O Sistema de Gestão Ambiental está sendo implementado. Os contratos necessários estão sendo adequados e renovados de acordo com o previsto nos cronogramas do PBA. Terão continuidade os seguintes programas ambientais: Comunicação Social, Apoio aos Municípios, Disciplinamento do Uso do Reservatório e Entorno, Recuperação de Áreas Degradadas, Monitoramento Hidrossedimentológico, Controle da Erosão, Monitoramento Sismográfico, Monitoramento de Águas Subterrâneas, Monitoramento da Qualidade de Água Superficial, Monitoramento Climatológico, Revegetação do Entorno do Reservatório, Monitoramento e Resgate da Ictiofauna, Monitoramento da Fauna, Monitoramento de Macrófitas.

Além destes está sendo instalado um Centro de Atendimento aos Visitantes onde, além de entender o funcionamento das hidrelétricas, os visitantes poderão participar de atividades de educação ambiental.

O funcionário Andrey Marcos Mazzocca será responsável pela supervisão ambiental das PCHs e responderá à Gerente de Meio Ambiente da Hidrotécnica. Este receberá treinamento para realizar o monitoramento freqüente de macrófitas e seu manejo quando necessário. Nas situações em que o nível do rio diminuir e a água parar de verter por sobre o barramento o mesmo funcionário coordenará uma equipe treinada e equipada para realizar o resgate da ictiofauna na alça de vazão reduzida. Da mesma forma será feita a limpeza do reservatório.

PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA - PCH PIEDADE (16 MW)

Situação de Conformidade Ambiental com as Exigências de EHS

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais e seu respectivo status de atendimento até 31 de dezembro de 2007.

Exigências de EHS

Pré-Desembolso – Tranche A (debêntures)

- Apresentar a nova Licença Prévia aprovada pelo COPAM/FEAM e respectivas condicionantes;

Status: Exigência atendida. O Deferimento do pedido de alteração da licença prévia e de instalação foi aprovado por meio do Ofício/COPAM; FEAM 099/2007 de 04/06/07.

- Apresentar cronograma físico-financeiro dos programas socioambientais para a nova configuração da PCH, incluindo Programa de Compensação e Aquisição de Terras e Benfeitorias e Área de Preservação Permanente;

Status: Atendida.

Pré-Desembolso – Tranche B (debêntures)

- Apresentar a nova Licença de Instalação e Projeto de Controle Ambiental – PCA revisado e Relatório de Atividades com status do cumprimento das condicionantes previstas na Licença de Instalação nº 124 e das Exigências de EHS;

Status: Atendida.

- Manifestação do IGAM-Instituto Mineiro de Gestão das Águas sobre a necessidade de concessão de outorga para uso da água para fins de geração de energia;

Status: Atendida. Foi encaminhado Ofício 69/2007/SUPRAM CENTRAL/SISEMA de 20/06/07 contendo a Declaração de Disponibilidade de Recursos Hídricos emitido pela FEAM e aceita pela ANEEL.

Pós-Desembolsos Tranche A e B

- Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais;

Status: Atividade em desenvolvimento.

- Comunicar qualquer solicitação de revisão de exigência constante das novas Licenças Prévia e de Instalação (a serem emitidas);

Status: Atividade ainda não iniciada.

- Encaminhar cópia dos ofícios, autorizações, licenças e relatórios trocados com os órgãos ambientais;

Status: Atendida.

- Definir os termos e condições de execução do programa de Compensação Ambiental previsto na Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Conservação) com a Câmara de Proteção à Biodiversidade (CPB), antes da emissão da Licença de Operação;

Status: Atividade em desenvolvimento.

- Iniciar a formação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) antes do início da operação das PCHs;

Status: Atividade ainda não iniciada.

- Executar no escopo do Programa de Recuperação das Áreas Degradadas as áreas afetadas pelas obras do anting canal de adução.

Status: Atividade ainda não iniciada.

Relatórios de Monitoramento de EHS

- Fase de Construção – Cópia dos Relatórios Trimestrais de Atividade do PCA - Projeto de Controle Ambiental da PCH Piedade, até o início da operação do empreendimento, contendo o estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental, estágio de implementação dos planos de monitoramento e cronograma físico-financeiro;

Status: Atividade em desenvolvimento.

- Fase de Operação – Cópia de Relatório Trimestrais de Atividades a serem encaminhados para a FEAM, contendo a descrição das atividades socioambientais desenvolvidas pelas empresas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas na Licença de Operação;

Status: Atividade ainda não iniciada.

- Após o primeiro ano de operação, apresentar Relatórios Semestrais nos 3 primeiros anos de operação e anual até o final do financiamento.

Status: Atividade ainda não iniciada.

PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA - PCH SANTA LUZIA ALTO (30 MW)

Situação de Conformidade Ambiental com as Exigências de EHS

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais e seu respectivo status de atendimento até 31 de dezembro de 2007.

Exigências de EHS

Pré-Desembolso – Tranche A (debêntures)

- Apresentar anuência da FATMA sobre a transferência de responsabilidade de gestão ambiental do trecho de 15, 9188 ha de faixa ciliar do reservatório da UHE Quebra Queixo;

Status: Atendida. Em 25/09/07, foi emitido pela FATMA Parecer favorável sobre a transferência de responsabilidade e o contrato com a UHE Chapecó já foi assinado.

- Apresentar cronograma físico-financeiro dos programas socioambientais, incluindo, além dos programas já em desenvolvimento o Projeto de Reflorestamento, Programa de Compensação e Aquisição de Terras e Benfeitorias;

Status: Atendida.

- Apresentar Relatório de Atividades do programa de aquisição de terras e benfeitorias, contendo informações detalhadas sobre as negociações com proprietários e não proprietários, custos e ações desenvolvidas;

Status: Atendida com a apresentação do Relatório de Atividades do programa de aquisição de terras e benfeitorias.

- Apresentar Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável–SDS de Santa Catarina e respectiva outorga da ANEEL;

Status: Atendida por meio da Portaria 036/07 SDS. A outorga concedida em 20/12/2007 pelo Ministério de Minas e Energia.

- **Pré-Desembolso – Tranche B (debêntures)**

- Relatório de Atividades com status do cumprimento de todas as condicionantes previstas na Licença de Instalação nº 0022/2006 e das Exigências de EHS;

Status: Exigência ainda não Atendida, porém dentro do prazo.

- Manifestação favorável da ANEEL e FATMA sobre o aproveitamento da vazão sanitária, por meio da instalação de uma turbina de 1,5 MW;

Status: Exigência ainda não atendida, porém dentro do prazo. A empresa ainda está avaliando a viabilidade desse acréscimo de aproveitamento.

Pós-Desembolsos Tranche A e B

Exigências de EHS

- Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais;

Status: Atividade em desenvolvimento.

- Comunicar qualquer solicitação de revisão de exigência constante da Licença Ambiental de Instalação;

Status: Atividade ainda não iniciada.

- Encaminhar cópia dos ofícios, autorizações, licenças e relatórios trocados com os órgãos ambientais;

Status: Atendida. Atividade em desenvolvimento.

- Definir os termos e condições de execução do programa de Compensação Ambiental previsto na Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Conservação) antes da emissão da Licença Ambiental de Operação;

Status: Atividade ainda não iniciada, porém dentro do prazo.

- Iniciar a formação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) antes do início da operação da PCH;

Status: Atividade ainda não iniciada, porém dentro do prazo.

Relatórios de Monitoramento de EHS

- Fase de Construção – Cópia dos Relatórios Trimestrais de Andamento dos Programas Ambientais e cumprimento das condicionantes específicas da Licença Ambiental de Instalação e das Exigências de EHS. Cópia dos Relatórios Mensais de Atividades de programa de Aquisição de Terras e Benfeitorias, incluindo status dos não proprietários até o início da operação do empreendimento;

Status: Atividade ainda não iniciada, porém dentro do prazo.

- Fase de Operação – Cópia de Relatório Trimestrais de Andamento dos Programas Ambientais a serem encaminhados para a FATMA, contendo a descrição das atividades socioambientais desenvolvidas pelas empresas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecida na Licença de Operação;

Status: Atividade ainda não iniciada, porém dentro do prazo.

- Após o primeiro ano de operação, apresentar Relatórios Semestrais nos 3 primeiros anos de operação e anual até o final do financiamento.

Status: Atividade ainda não iniciada, porém dentro do prazo.

III. INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

Desde o lançamento do Fundo e entrada em vigor do EMS, não houve impacto negativo significativo relacionado a assuntos socioambientais e nenhum tipo de inobservância às Exigências Ambientais do BID. Também não houve registro de comunicação escrita importante com qualquer autoridade relacionada a qualquer assunto socioambiental, ou reclamação ambiental significativa.

Em 27 de agosto de 2007, o InfraBrasil publicou no site do Banco Real o resumo do 2º Relatório de Conformidade Ambiental (ECR). O arquivo pode ser acessado no link abaixo: (http://www.bancoreal.com.br/download/InfraBrasil_conformidade.pdf).

IV. PLANOS DE AÇÃO CORRETIVA

No período contratado não houve necessidade de desenvolvimento de um Plano de Ação Corretiva para corrigir quaisquer não-conformidades ou deficiências descritas na seção acima.

V. INCIDENTES SIGNIFICATIVOS

Não houve nenhum incidente/acidente associado com as operações do INFRABRASIL que possam ter causado danos socioambientais, fatalidades ou lesões graves associadas ao INFRABRASIL.

VI. COMPROMISSOS NEGATIVOS

Não houve qualquer ação levada a cabo pela INFRABRASIL que resultou direta ou indiretamente em qualquer modificação do EMS.

VII. CONCLUSÕES DO PERÍODO

A dinâmica de tomada de decisão do InfraBrasil com o apoio e assessoria da equipe ambiental tem sido bastante eficiente e não tem gerado controvérsia durante as negociações com os “sponsors” e ratificadas pelo Comitê. Não houve nenhum tipo de demanda de ONGs durante o período de “Disclosure”. A aplicação do EMS tem demonstrado ser um instrumento eficaz para tomada de decisão e gestão socioambiental do InfraBrasil.

ANEXO 1

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES INFRABRASIL Declaração de Intenções/ Statement of Intention (SOI)

| | |
|-----------------|----------------------------|
| Aprovado | Cris Ronza |
| Date: | 13 de Fevereiro de 2007 |
| Nº: | 0002 |

| | | |
|--------------------------------|---|---|
| Empresa: | Enerbrás Comercializadora de Energia S.A. | Tel: 11 8556 8036 / 11 5185 2830 71 3340 6306 renato@enerbrasce.com.br |
| Contato: | Renato Amaral | |
| SPC: | ESPRA-Energética Serra da Prata S.A. | |
| EPC: | Consórcio Construtor Serra da Prata – Odebrecht, CNO, SEMI, HISA e Intertechne | |
| Projetos: | Pequenas Centrais Hidrelétricas Serra da Prata – PCH Colino 1, PCH Colino 2 e PCH Cachoeira da Lixa | |
| Estado/ município:: | Bahia – Vereda, Medeiros Neto, Jucuruçú e Itamarajú | |

Para: Gerente do INFRABRASIL

De: EMS - Equipe Ambiental

Descrição

O projeto Serra da Prata é de responsabilidade da ESPRA – Energética Serra da Prata de propriedade da empresa Enerbras Centrais Elétricas Ltda. e consiste da construção de um complexo formado por três usinas hidrelétricas denominadas Colino 1, Colino 2 e Cachoeira da Lixa, a partir do aproveitamento dos potenciais hidráulicos dos rios Colino e Jucuruçú do Sul, localizados na região de São João do Prata, envolvendo os municípios de Jucuruçú, Vereda e Itamarajú no Estado da Bahia.

As PCHs propostas apresentam as seguintes características:

| Nome | Rio | Estado | Potência (MW) | Reservatório (Km ²) |
|-------------------|----------|--------|---------------|---------------------------------|
| Colino 1 | Colino | BA | 11,0 | 0,06 |
| Colino 2 | Colino | BA | 16,0 | 1,28 |
| Cachoeira da Lixa | Jucuruçú | BA | 14,8 | 0,12 |
| Total | | | 41,8 | 1,46 |

Para a formação dos reservatórios será necessário o desmatamento de aproximadamente 5 ha.

A integração da PCH Colino 2 ao sistema elétrico da região será feita por meio das instalações da PCH Cachoeira da Lixa ao sistema elétrico da região. A PCH Colino 2 será conectada a PCH Colino 1 através de uma Linha de Transmissão de cerca de 1,2 Km e desta última será realizada a ligação até a PCH Cachoeira da Lixa, sendo que as subestações destes dois aproveitamentos estão localizadas a cerca de 200 m uma da outra.

A Coelba – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia será responsável pela implantação da linha de transmissão e subestação de Itamarajú/BA de 138 kV.

A Intertechne Consultores Associados S/C Ltda é responsável pelo projeto executivo. A construção dos projetos está sendo conduzida pela Odebrecht, com previsão de geração de cerca de 500 postos de trabalho diretos nos meses de pico de obra, em um período de 24 meses. Para a operação das usinas serão gerados 25 empregos.

Serão instaladas seis turbinas (dois equipamentos por empreendimento) e serão colocadas em funcionamento uma por vez. A entrada em operação comercial da primeira turbina (Cachoeira da Lixa) ocorrerá em janeiro de 2008 e despacho da última unidade (6ª máquina) está prevista para junho de 2008.

O investimento total à realização do projeto é de aproximadamente R\$ 180 milhões.

Atual Situação de Conformidade Ambiental

De acordo com a documentação apresentada, os projetos foram desenvolvidos em conformidade com a legislação ambiental brasileira. Os órgãos ambientais estaduais e federais envolvidos conduziram os processos de licenciamento ambiental de acordo com os critérios e procedimentos definidos pelos órgãos responsáveis, utilizando como instrumentos de decisão o Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA e RIMA) e o Projeto Básico Ambiental (PBA). Durante a fase de aprovação da viabilidade ambiental, os projetos não geraram controvérsias ou conflitos de interesse ambiental. A Licença Simplificada – Portaria CRA 6024 de 02/09/2005 e de Implantação de 09/10/2005 foram emitidas pelo Centro de Recursos Ambientais (CRA), de acordo com as Resoluções CEPRAM (Conselho Estadual de Meio Ambiente): 3198, 2199 e 3200 em processo de revalidação junto ao CRA.

A emissão das Licenças de Operação está prevista para o final de 2007.

O levantamento Cadastral já foi concluído e processo de aquisição das propriedades está em curso. Haverá necessidade de reassentamento de 4 famílias, envolvendo aquisição e construção novas moradias e, a reconstrução de uma escola.

As obras de implantação do empreendimento encontram-se integralmente localizadas dentro do Estado da Bahia. As condicionantes e restrições ambientais previstas para as fases de construção estão sendo acompanhadas pelo CRA.

Principais Questões de EHS

Os principais impactos negativos previstos para a fase de operação das PCHs são a alteração do uso e ocupação do solo, da paisagem, das condições hidrológicas, da qualidade das águas, e da fauna e flora local.

Para minimizar esses impactos negativos foram propostas e definidas diversas medidas de controle minimização e compensação, além programas de capacitação profissional, educação ambiental e comunicação social na região do empreendimento. As condicionantes socioambientais previstas para as fases de implantação dos empreendimento estão sendo implementados pela Preserv e acompanhadas pelo CRA.

A ESPRA, responsável pelo complexo das 3 PCHs deverá administrar questões comuns a todos os projetos, considerando sempre as características regionais e locais onde estes estão sendo instalados, de forma a minimizar eventuais disputas e conflitos de interesse.

Considerando que os projetos individualmente e no seu conjunto não geraram controvérsias ou conflitos de interesse socioambiental durante a fase de aprovação da viabilidade, entendemos não haver risco que possa impactar negativamente a imagem do InfraBrasil.

Principais Planos e Programas

De acordo com os documentos apresentados, as principais restrições, planos e medidas de monitoramento, minimização e compensação ambiental a serem implementados durante as fases de construção e operação são:

- ✓ Programa de Limpeza da Bacia de Acumulação;
- ✓ Programa de Revegetação - 250 ha em Área de Preservação Permanente;
- ✓ Investimento de R\$6 milhões na construção de uma escola e novas residências para a população afetada pelo projeto;
- ✓ Plano de Indenização de terras e benfeitorias;
- ✓ Realização de Fóruns Técnicos nos municípios de Vereda e Jucuruçu;
- ✓ Projeto de melhoria do sistema viário;
- ✓ Plano de Prospecção e Salvamento Arqueológico, com Anuência do IPHAN;
- ✓ Programa de Capacitação Profissional;

- ✓ Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO);
- ✓ Programa de Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção (PCMAT);
- ✓ Programa de Saúde;
- ✓ Plano de Ação Emergencial – PAE das Barragens;
- ✓ Programa Limnológico e de Qualidade da Água;
- ✓ Programa de Controle de Processo Erosivos e Assoreamentos;
- ✓ Plano de Salvamento da Fauna;
- ✓ Programa de Monitoramento e Coservação da Fauna Silvestre;
- ✓ Programa de Controle de Espécies Exóticas;
- ✓ Programa de Monitoramento da Ictiofauna;
- ✓ Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD), com anuência do Departamento Nacional da Produção Mineral - DNPM;
- ✓ Plano de Uso e Ocupação do Solo no entorno do reservatório – faixa de preservação permanente (Resolução Conama 302/02);
- ✓ Plano de Manejo do Reservatório e dos trechos de vazão aduzida;
- ✓ Programa de Implantação ou Consolidação de Unidade de Conservação (Lei do SNUC);
- ✓ Programa de Educação Ambiental; e
- ✓ Programa Comunicação Social.

Decisão do EMS do InfraBrasil

Projeto Rejeitado:

O Fundo INFRABRASIL não pode ser utilizado para este Projeto. Baseado nos critérios do INFRABRASIL, o risco social e ambiental não é aceitável.

Aceito para *Due Diligence* de EHS:

O Fundo INFRABRASIL pode ser utilizado para este projeto.

Estratégia para *Due Diligence* Ambiental e Social

A visita às áreas das PCHs deverá ser realizada pela equipe ambiental do InfraBrasil em Fevereiro de 2007, em conformidade com os critérios estabelecidos no EMS.

Comentários

Após análise da documentação apresentada e considerando as características dos projetos e suas localizações, as Pequenas Centrais Hidrelétricas Serra da Prata – PCH Colino 1, PCH Colino 2 e PCH Cachoeira da Lixa estão de acordo com os critérios de elegibilidade previstos no Sistema de Gestão Ambiental (EMS) e não há impedimento socioambiental para a continuidade das negociações de financiamento do projeto junto ao InfraBrasil.

Os Relatórios de Viabilidade de EHS serão elaborados com base nos procedimentos e princípios socioambientais adotados pelo Fundo.

Documentos Consultados

- ✓ Questionário Socioambiental da Empresa;
- ✓ Documentos da ESPRA – Energética Serra da Prata de junho 2005;
- ✓ Documentos da Preserv Consultoria Ambiental S.A.
- ✓ Licenciamento Ambiental Certificado - Licença Simplificada – Portaria CRA 6024 de 02/09/2005;
- ✓ Licenças de Implantação de 09/10/2005, de acordo com as Resoluções CEPRAM (Conselho Estadual de Meio Ambiente): 3198,2199 e 3200 válidas até 10/2006;
- ✓ Pesquisas em sites: Google, Ibama, CRA.

ANEXO 2

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES INFRABRASIL Relatório de Viabilidade de EHS Nº 005

| | |
|-----------------|---------------------|
| Aprovado | Cris Ronza |
| Date: | 06 de Julho de 2007 |
| Nº: | 0005 |

| | | |
|--------------------------------|--|--|
| Empresa: | Enerbrás Centrais Elétricas S.A. | Tel: 11 8556 8036 / 11 5185 2830 |
| Contato: | Renato Amaral | 71 3340 6306 renato@enerbrasce.com.br |
| SPC: | ESPRA-Energética Serra da Prata S.A. – 41,8 MW | |
| EPC: | Consórcio Construtor Serra da Prata – Odebrecht, CNO, SEMI, HISA e Intertechne | |
| Projetos: | Pequenas Centrais Hidrelétricas Serra da Prata – PCH Cachoeira da Lixa, PCH Colino 1, PCH Colino 2 | |
| Estado/ município:: | Bahia – Vereda, Medeiros Neto, Jucuruçú e Itamarajú | |

Para: Gerente do INFRABRASIL

De: EMS - Equipe Ambiental

I. Conclusões e Recomendações

O empreendimento Pequenas Centrais Hidrelétricas Serra da Prata foi analisado com base nos critérios, procedimentos e princípios socioambientais adotados pelo Sistema de Gestão Ambiental (EMS) InfraBrasil, incluindo os critérios dos Princípios do Equador (International Finance Corporation-IFC). Após revisão da documentação, impressões obtidas durante a realização da *Due Diligence* e, considerando as características do projeto e sua localização, o mesmo foi classificado como Categoria B dos Princípios do Equador.

Considerando que todos os planos e programas de controle e gestão ambiental apresentados pelos empreendedores e estabelecidos pelos órgãos ambientais da Bahia estão sendo adequadamente desenvolvidos pelas empresas responsáveis e seus fornecedores, entendemos que o empreendimento objeto desse Relatório está em conformidade com o que estabelece o EMS do InfraBrasil e recomendamos a aprovação do Investimento proposto.

Considerando o grau de transparência e competência com que os responsáveis pelos projetos estão conduzindo as questões socioambientais, entendemos não ser necessário o desenvolvimento de um Plano de Ação de EHS (aspectos ambientais, sociais, de saúde e

segurança e trabalhistas. O cumprimento das exigências e recomendações previstas nesse Relatório pode ser considerado suficiente para garantir a qualidade e boa reputação dos projetos e das entidades envolvidas no financiamento dos mesmos.

O contrato de financiamento deverá conter as exigências e recomendações apresentadas no **item IX** desse Relatório (Exigências Propostas do EHS).

II. Questões Principais de EHS

Os seguintes pontos de atenção:

A partir da análise dos documentos existentes destacam-se os seguintes aspectos:

- ✓ A obrigatoriedade de aplicação dos recursos da Compensação Ambiental, prevista na Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Conservação): ainda não houve definição da forma de investimento em unidade de conservação.

III. Histórico

Em 09/02/2007, o InfraBrasil solicitou análise preliminar sobre a elegibilidade socioambiental das PCHs. A partir da análise das informações disponíveis, agendamos a realização da *Due Diligence*. A Declaração de Intenção SOI nº 002 de 13/02/2007 foi elaborada e enviada para o gerente do InfraBrasil e recebeu manifestação favorável à continuidade da análise socioambiental do investimento, solicitando a apresentação dos documentos ambientais relativos aos projetos.

Durante a visita realizada em 26 e 27 de fevereiro de 2007, foi possível verificar o estágio do desenvolvimento dos programas ambientais e dos canteiros de obras das três PCHs. Houve também entrevistas com a equipe de consultoria ambiental da Preserv Consultoria Ambiental e com a engenheira de segurança e meio ambiente da Odebrecht.

A partir dessa data a equipe ambiental iniciou a análise de todos os documentos e aspectos de EHS previstos no EMS e estabeleceu um canal de comunicação permanente com o gerente ambiental da Preserv.

Não houve visita ao órgão ambiental. A equipe ambiental do InfraBrasil entendeu ser suficiente o nível de informação disponível no site da CRA e pela transparência com que a Energética Serra da Prata-ESPRA apresentou as informações de EHS associadas aos projetos.

As Empresas Responsáveis

A empresa ESPRA – Energética Serra da Prata S.A., controlada pela Enerbrás Centrais Elétricas S.A., obteve autorização da ANEEL para exercer atividade como Produtor

Independente de Energia Elétrica. Esses aproveitamentos hidroelétricos fazem parte do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA.

A Renova Energia S.A. foi criada em Dezembro de 2006 com a finalidade de ser a empresa holding do Grupo – sendo a controladora da empresa Enerbrás Centrais Elétricas S.A., detentora do controle da Empresa Energética Serra da Prata – ESPRA.

O EPC (Engineering, Procurement & Construction) responsável pelo desenvolvimento e construção dos projetos e dos respectivos sistemas de transmissão é a construtora CNO - Norberto Odebrecht S.A na modalidade “turn key”.

A Intertechne Consultores Associados S/C Ltda é responsável pelo projeto executivo. A empresa Preserv conta com equipe multidisciplinar para a coordenação e gestão dos aspectos socioambientais dos projetos.

IV. Descrição do Projeto

O projeto Serra da Prata é de responsabilidade da ESPRA – Energética Serra da Prata de propriedade da empresa Enerbras Centrais Elétricas Ltda. e consiste da construção de um complexo formado por três usinas hidrelétricas denominadas Colino 1, Colino 2 e Cachoeira da Lixa, a partir do aproveitamento dos potenciais hidráulicos dos rios Colino e Jucuruçu do Sul, bacia do Atlântico Leste, localizados na região de São João do Prata, envolvendo os municípios de Jucuruçu, Vereda e Itamarajú no Estado da Bahia.

O acesso para o empreendimento pode ser feito a partir de Porto Seguro utilizando-se a rodovia federal BR-367 até Eunápolis (65 Km) na direção Sul do Estado pela rodovia federal BR – 101 até Teixeira de Freitas (161 km). Deste município segue-se pela rodovia estadual BA-290 até São José do Prado, na margem direita do rio Jucuruçu do Sul, (31Km) e mais 20 Km até o local por estrada de terra.

As PCHs propostas apresentam as seguintes características:

PCH Cachoeira da Lixa – rio Jacuruçu do Sul – municípios de Itamaraju e Jucuruçu

| | |
|-------------------------|-----------------------------------|
| Potência Instalada | 14,8 MW |
| Turbina | Tipo Francis |
| Altura da Barragem | 20 m |
| Número de Máquinas | 2 |
| Área de Drenagem | 180 Km ² |
| Área a ser Alagada | 1,12 Km ² |
| Queda Bruta | 250 m |
| Adução | Canal de 410 m |
| Vazão Média | 4,55 m ³ |
| Coordenadas geográficas | 17°04'27`` Sul e 40°04'06`` Oeste |

| | |
|-----------------------------------|---|
| Transmissão | 138kV – 62 Km – subestação de Itamaraju da Coelba |
| Número de propriedades adquiridas | 4 |
| Número de proprietários | 4 |

PCH Colino 1 – rio Colino – municípios de Vereda e Jucuruçu

| | |
|-----------------------------------|--------------------------------|
| Potência Instalada | 11 MW |
| Turbina | Tipo Francis |
| Altura da Barragem | 10 m |
| Número de Máquinas | 2 |
| Área de Drenagem | 343 Km ² |
| Área a ser Alagada | 0,06 Km ² |
| Queda Bruta | 141 m |
| Adução | Túnel de 500 m |
| Vazão Média | 8,1 m ³ |
| Coordenadas geográficas | 17°04'40 Sul – 40°05'107'Oeste |
| Transmissão | 138kV – 0,2 Km |
| Número de propriedades adquiridas | 9 |
| Número de proprietários | 9 |

PCH Colino 2 – rio Colino – municípios de Vereda e Jucuruçu

| | |
|-----------------------------------|---------------------------------|
| Potência Instalada | 16 MW |
| Turbina | Tipo Francis |
| Altura da Barragem | 30 m |
| Número de Máquinas | 2 |
| Área de Drenagem | 329 Km ² |
| Área a ser Alagada | 1,28 Km ² |
| Queda Bruta | 203 m |
| Adução | Túnel de 1400 m |
| Vazão Média | 7,8 m ³ |
| Coordenadas geográficas | 17°04'21`` Sul – 40°06'17'Oeste |
| Transmissão | 138kV – 1,5 Km |
| Número de propriedades adquiridas | 2 |
| Número de proprietários | 2 |

A integração da PCH Colino 2 ao sistema elétrico da região será feita por meio das instalações da PCH Cachoeira da Lixa ao sistema elétrico da região. A PCH Colino 2 será conectada a PCH Colino 1 através de uma Linha de Transmissão de cerca de 1,2 Km e desta última será realizada a ligação até a PCH Cachoeira da Lixa, sendo que as subestações destes dois aproveitamentos estão localizadas a cerca de 200 m uma da outra.

A Coelba – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia será responsável pela implantação da linha de transmissão e subestação de Itamarajú/BA de 138 kV.

As obras civis foram iniciadas em agosto de 2006 com as atividades de melhoria dos acessos, instalação do canteiro de obras.

Serão instaladas seis turbinas (dois equipamentos por empreendimento) e serão colocadas em funcionamento uma por vez. A entrada em operação comercial da primeira turbina (Cachoeira da Lixa) ocorrerá em janeiro de 2008 e despacho da última unidade (6ª máquina) está prevista para junho de 2008.

O investimento total à realização do projeto é de aproximadamente R\$ 180 milhões.

A participação proposta pelo InfraBrasil será de até R\$ 60 milhões. O desembolso será realizado a priori em uma única tranche, podendo haver uma liberação de uma segunda tranche caso haja excesso de custos na obra.

V. Situação Atual da Conformidade Ambiental

De acordo com a documentação apresentada, os projetos foram desenvolvidos em conformidade com a legislação ambiental brasileira. Os órgãos ambientais estaduais e federais envolvidos conduziram os processos de licenciamento ambiental de acordo com os critérios e procedimentos definidos pelos órgãos responsáveis, utilizando como instrumentos de decisão o Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA e RIMA). Durante a fase de aprovação da viabilidade ambiental, os projetos não geraram controvérsias ou conflitos de interesse ambiental. As Licenças de Localização - Resolução CEPRAM (Conselho Estadual de Meio Ambiente) 3167 de 18/07/2003 - Cachoeira da Lixa, Resolução CEPRAM 3166 de 18/07/2003 Colino 1 e 2, Licença Simplificada – Portaria CRA 6024 de 02/09/2005 e de Implantação de 09/10/2005 foram emitidas pelo Centro de Recursos Ambientais (CRA), de acordo com as Resoluções CEPRAM: 3198 – Cachoeira da Lixa, 3199 – Colino 1 e 3200- Colino 2 em processo de revalidação junto ao CRA.

As PCHs já dispõem de reserva de Disponibilidade Hídrica emitida pela SRH – Superintendência de Recursos Hídricos de Estado da Bahia, conforme Portarias 711, 712 e 773, e respectivas outorgas Portarias 329/06 – Cachoeira da Lixa, 330/06 – Colino 1 e 331/06 – Colino 2.

A emissão das Licenças de Operação está prevista para o final de 2007.

O levantamento Cadastral já foi concluído e processo de aquisição das propriedades está em curso. Haverá necessidade de reassentamento de 15 famílias, envolvendo aquisição e construção de novas moradias e, a reconstrução de uma escola.

As obras de implantação do empreendimento encontram-se integralmente localizadas dentro do Estado da Bahia. As condicionantes e restrições ambientais previstas para as fases de construção estão sendo acompanhadas pelo CRA.

A visita às áreas das PCHs foi realizada pela equipe ambiental do InfraBrasil em fevereiro de 2007, em conformidade com os critérios estabelecidos no EMS.

VI. Divulgação de Informações e Consulta Pública

Em 24/05/2003, foi realizada em Itamaraju a Audiência Pública em conformidade com a legislação ambiental brasileira.

Em 14 e 15 de julho de 2005, visando cumprir exigência do CRA, foram realizados Fóruns Técnicos voltados às comunidades diretamente afetadas pelo empreendimento nos municípios de Vereda e Jucuruçu. Os principais aspectos abordados foram: (i) criar e manter canais de comunicação entre empreendedor e grupos de influência, (ii) identificar demandas da sociedade, (iii) apresentar a natureza do empreendimento, os responsáveis pela atividade e cronograma de execução, (iv) apresentar as questões sociais e ambientais relevantes identificadas na reunião de influência do empreendimento, (v) informar sobre os impactos potenciais e medidas de segurança a serem adotadas, e (vi) apresentar os programas ambientais previstos com os respectivos responsáveis por sua implementação.

A partir da leitura das Atas da Audiência Pública e dos Fóruns Técnicos conduzidos pelo empreendedor com a comunidade afetada pelo empreendimento pode-se dizer que todo o processo de divulgação e consulta pública foram bem conduzidos, tanto pelo órgão ambiental como pelos responsáveis pelo projeto.

Durante todo o processo de divulgação e consulta pública não houve solicitação por parte do Movimento Atingidos por Barragens-MAB.

VII. Principais Riscos e Impactos de EHS

Os principais impactos negativos previstos para a fase de operação das PCHs são a alteração do uso e ocupação do solo, da paisagem, das condições hidrológicas, da qualidade das águas, e da fauna e flora local.

Para minimizar esses impactos negativos foram propostas e definidas diversas medidas de controle, minimização e compensação, além programas de capacitação profissional, educação ambiental e comunicação social na região do empreendimento. As condicionantes socioambientais previstas para as fases de implantação dos empreendimento estão sendo implementados pela Preserv e acompanhadas pelo CRA.

A ESPRA, responsável pelo complexo das 3 PCHs, deverá administrar questões comuns a todos os projetos, considerando sempre as características regionais e locais onde estes estão sendo instalados, de forma a minimizar eventuais disputas e conflitos de interesse.

Considerando que os projetos individualmente e no seu conjunto não geraram controvérsias ou conflitos de interesse socioambiental durante a fase de aprovação da viabilidade, entendemos não haver risco que possa impactar negativamente a imagem do InfraBrasil.

Geração de Emprego e Arrecadação de Impostos

Durante a construção das PCHs há uma expectativa de geração de aproximadamente 500 empregos diretos e indiretos. Os empregos indiretos correspondem aos prestadores de serviços (alimentação, transporte, segurança, limpeza, entre outros) e às empresas terceirizadas que executarão os programas ambientais. Durante a fase de operação deverão ser gerados cerca de 25 empregos.

Além dos impostos diretos incidentes sobre a venda de energia elétrica, deve ser considerado o aumento na arrecadação de impostos municipais e estaduais em decorrência do aquecimento do setor de serviços. O município em que será instalada a PCH será beneficiado, recebendo um aporte importante referente ao repasse de ICMS sobre a receita do projeto.

Em atendimento à condicionante do licenciamento ambiental das PCHs, A ESPRA e a Odebrecht em parceria com o SENAI estão desenvolvendo um Programa de Capacitação e Integração da Mão-de-Obra Local.

De acordo com a documentação apresentada, a execução do programa tem sido conduzida de forma adequada para as características da região.

Acessos e Canteiros de Obras

O alargamento e melhorias dos acessos viários aos empreendimentos foi realizado pela construtora Odebrecht e a manutenção desses acessos será realizada pela ESPRA.

Parte do acesso viário que liga a estrada municipal até o canteiro administrativo foi realizado sobre uma estrada já existente. Foram executadas melhorias neste acesso, como alargamento da pista, troca de solos, aumento do raio de curvas horizontais e ajuste nas rampas verticais. Em alguns trechos externos e externos foram construídos novos acessos.

Em função da topografia existente, praticamente todo o acesso foi executado no sistema corte/aterro”, ou seja, seção mista. O material utilizado nos cortes era aproveitado nos aterros, não existindo bota-fora, o que não acarretou na interferência em áreas com vegetação de porte significativo.

Nos acessos internos também houve construção de dispositivos do sistema de drenagem (bueiros e canaletas) e de duas pontes em concreto (novas). A revegetação dos taludes de corte e aterro visando evitar o desenvolvimento de processos erosivos já foi executado.

Durante a construção das PCHs, a manutenção dos acessos viários será por conta da Construtora Norberto Odebrecht.

- O local escolhido para a implantação do canteiro de obras e alojamento localiza-se em uma área originalmente ocupada por pastagens e será único para os três empreendimentos, guardando uma certa equidistância dos locais de intervenção.
- As atividades de saúde e segurança que estão sendo desenvolvidas no canteiro pela Odebrecht são de excelente qualidade e estão demonstrados no Relatório Progresso Segurança do Trabalho de 2006/2007.

Uso e Ocupação do Solo e Aquisição de Terras

A principal forma de uso e ocupação do solo nas áreas a serem afetadas com a formação dos reservatórios e suas Áreas de Preservação Permanente (APPs) é a de pastagem.

Predominam, nas margens dos rios Jacuruçu do Sul e Colino a serem afetadas, pastagens, capoeiras e matas ciliares.

Haverá necessidade da remoção e reconstrução da escola municipal Bom Sucesso, atualmente localizada na futura área da casa de força da PCH Colino 2.

A nova escola já foi concluída e está localizada à beira da estrada de acesso ao empreendimento Serra da Prata, aproximadamente 3,5 km do canteiro administrativo (coordenadas – 24 K 0387334 e 8107614). A nova escola será entregue à comunidade antes da demolição da antiga escola. Atendendo à solicitação da comunidade de Jucuruçu será construída uma outra escola com as mesmas características da primeira.

As indenizações serão realizadas pelo processo de compra amigável. Nas áreas dos reservatórios, casas de força e condutos das PCHs serão 15 propriedades distribuídos entre 15 proprietários. A metodologia de compra segue a norma NBR 8799/85 da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e está sendo feita por meio da avaliação das benfeitorias, terra nua e culturas. Também utiliza, com base, as recomendações da Norma DF nº 01/86 – Critérios para Avaliação de Imóveis Rurais (INCRA) e normas IBAPE (Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia). Os custos envolvidos no projeto de negociação de terras e benfeitorias é de cerca de R\$ 1 milhão.

O Levantamento Cadastral já foi concluído e o processo de aquisição das propriedades já foi concluído. Foram adquiridas 9 propriedades, totalizando uma área de 343, 42 ha.

Não há registro de que o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) tenha solicitado participação em nenhuma fase do processo de aprovação dos projetos.

Recursos Hídricos

De acordo com o diagnóstico e estudos complementares, não haverá alteração significativa da qualidade das águas da região. A vazão remanescente foi autorizada pela Superintendência de Recursos Hídricos do Estado da Bahia.

Biodiversidade

Originalmente, a área do empreendimento integrava a região fitoecológica denominada Floresta Ombrófila Densa, ocorrendo a formação sub-montana (altitudes entre 50 e 500 metros) recobrimdo encostas das elevações e serras locais.

Na região do alto rio Jucuruçu, os fragmentos de cobertura vegetal encontram-se em poucas encostas e alguns topos de elevações. Esses poucos fragmentos, encontram-se isolados por grandes áreas de pastagens e, raras vezes, por culturas. A vegetação atual indica uma sensível alteração na composição e estrutura originais, onde o interior apresenta-se desprovido de elementos arbóreos de maior porte, o dossel descontínuo permite que a luminosidade alcance o estrato inferior em diversos trechos e as margens dos rios, quando providas de vegetação, são constituídas por estreitas faixas de matas ripárias.

A paisagem na área de influência direta das PCHs é revestida por pequenos fragmentos, constituindo a floresta ciliar ao longo do rio Jucuruçu. Esses remanescentes estão associados a pastagens e trechos de vegetação secundária pouco freqüente, submetidos a graus variados de antropização.

Os estudos desenvolvidos nas áreas de influência dos empreendimentos não detectaram a presença de espécies ameaçadas de extinção.

Durante a fase de construção e formação do reservatório, será executado o Salvamento de Elementos Faunísticos, o qual abrange uma série de ações voltadas para a conservação e manejo da fauna.

No estado da Bahia, a definição da aplicação dos recursos do programa de compensação ambiental (lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) é de responsabilidade da Câmara de Compensação Ambiental ou supletivamente pelo CEPRAM. Para esse programa foi estabelecido o valor correspondente a 0,5% do valor total do empreendimento a ser utilizado na criação e ou consolidação de unidade de conservação.

Para a formação do reservatório será necessário o desmatamento de aproximadamente 4 ha de remanescentes de matas secundárias.

A Área de Preservação definida no licenciamento ambiental das PCHs Serra da Prata é de 100 metros a partir do nível máximo normal do reservatório deverá ser formada com o plantio de espécies nativas e adensamento de áreas de matas remanescentes, totalizando uma área de aproximadamente 250ha. O Plano de Uso e Ocupação do Solo no entorno do

reservatório, que encontra-se em fase de elaboração definirá os usos futuros e restrições para a APP.

O monitoramento e salvamento da ictiofauna dará ênfase ao trecho situado entre o eixo e a casa de força da PCH Cachoeira da Lixa. Nesse trecho, ocorrerá a alteração mais significativa no regime hidrológico do Rio Jucuruçu. Por conta do desvio de água para a geração de energia, haverá uma redução de vazão neste local. As espécies mais prejudicadas serão aquelas que vivem em ambientes mais remansosos e profundos, presentes em alguns pontos desse trecho. A ictiofauna deverá ter um acompanhamento sistemático nesse local, onde um dos impactos potenciais será o aprisionamento de parte dos espécimes pela diminuição de vazão. O monitoramento deverá ser acompanhado de eventuais operações de salvamento, conforme Plano de Salvamento proposto para este trecho.

Patrimônio Arqueológico

Os trabalhos arqueológicos, concluídos em março de 2007, resultaram no resgate de 21 sítios e 44 ocorrências arqueológicas além de 8 bens culturais identificados na área de influência das PCHs. Os sítios pesquisados em sua maioria são pré-coloniais indígenas, caracterizados por campamentos, bolsões de lascamento ou aldeias de grupos de hábito caçador coletor.

O Projeto de Prospecção e Pesquisa Arqueológica das PCHs Serra da Prata foi iniciado com prévia autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN. As atividades de resgate da área diretamente afetada estão sendo realizadas sob coordenação dos arqueólogos os Ivan Dorea Câncio Soares e Paulo Zanettini.

Durante as atividades de supressão de vegetação nos terrenos alagadiços do futuro reservatório da PCH Colino 2, haverá monitoramento arqueológico, no intuito de ser detectado qualquer vestígio arqueológico fortuito.

Qualidade de Vida

Considerando os tipos e magnitudes dos impactos tanto positivos como negativos que serão gerados pela implantação e operação dos empreendimentos, não se espera que ocorram alterações significativas na qualidade ambiental e das populações da região.

A PCHs estão localizadas em região de relativa incidência de doenças de veiculação hídrica. A presença de trabalhadores no local poderá contribuir com o aumento do número de casos de doenças relacionadas com a água e transmissíveis sexualmente poderá se elevar, bem como as de transmissão por vetores.

Para evitar esse impacto sobre a qualidade de vida da população está sendo desenvolvido um Programa de Saúde dos trabalhadores e da comunidade local.

Patrimônio Natural

As PCHs estão localizadas em trecho de corredeiras e cachoeiras. Em termos de uso foram constatados banhistas eventuais nos trechos de melhor acesso.

A implantação das PCHs no rio Jucuruçu do Sul implicará em alteração da paisagem local. As modificações mais significativas deverão ocorrer no trecho entre o eixo da barragem e a casa de força. Nesse trecho será feito o desvio de parte da água do rio para a geração de energia, com a conseqüente diminuição de vazão no curso original. Essas alterações serão pouco expressivas, devido a pequena área de inundação dos reservatórios, o reduzido tempo de residência da água e o próprio fato de que as PCHs deverão operar a fio d'água, sem grandes modificações de vazão a jusante.

VIII. Programas de EHS

Para minimizar os principais impactos negativos, foram propostas pelo empreendedor e estabelecidas pelo CRA medidas ambientais e definidas diversas ações de controle, minimização e compensação, além de programas de educação e comunicação social com as escolas públicas da região. As condicionantes socioambientais previstas para as fases de implantação dos empreendimentos estão sendo acompanhadas pelo CRA e demais órgãos regionais envolvidos.

Os programas ambientais propostos para obtenção da Licença de Implantação aprovados pelo órgão ambiental estadual (CRA/BA), que se encontram em diversas fases de implementação, são: Programa de Limpeza da Bacia de Acumulação; Programa de Revegetação - 250 ha em Área de Preservação Permanente; Investimento de R\$ 6 milhões na construção de uma escola e novas residências para a população afetada pelo projeto; Plano de Indenização de terras e benfeitorias; Realização de Fóruns Técnicos nos municípios de Vereda e Jucuruçu; Projeto de melhoria do sistema viário; Plano de Prospecção e Salvamento Arqueológico, com Anuência do IPHAN; Programa de Capacitação Profissional; Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO); Programa de Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção (PCMAT); Programa de Saúde; Plano de Ação Emergencial – PAE das Barragens; Programa Limnológico e de Qualidade da Água; Programa de Controle de Processo Erosivos e Assoreamentos; Plano de Salvamento da Fauna; Programa de Monitoramento e Coservação da Fauna Silvestre; Programa de Controle de Espécies Exóticas; Programa de Monitoramento da Ictiofauna; Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD), com anuência do Departamento Nacional da Produção Mineral - DNPM; Plano de Uso e Ocupação do Solo no entorno do reservatório – faixa de preservação permanente (Resolução Conama 302/02); Plano de Manejo do Reservatório e dos trechos de vazão aduzida; Programa de Implantação ou Consolidação de Unidade de Conservação (Lei do SNUC); Programa de Educação Ambiental; e Programa Comunicação Social.

O custo total de implementação dos programas ambientais previstos para a fase de construção e operação das duas PCHs será de cerca de R\$ 6 milhões, sendo que R \$ 900 mil serão investidos no programa de unidade de conservação.

O Quadro Condicionantes da Licença de Implantação (Anexo 1) elaborado empresa responsável pela gestão dos programas ambientais Preserv Consultoria Ambiental, apresenta um resumo do atual estágio de atendimento das condicionantes ambientais da licença ambiental do empreendimento. Baseado nas informações apresentadas e observações durante visita ao empreendimento, não foi verificado nenhum aspectos de EHS (socioambiental e de saúde e segurança) que mereça atenção.

IX Exigências Propostas do EHS

Exigências de EHS

- ♦ Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais;
- ♦ Comunicar qualquer solicitação de revisão de exigência constante das Licenças de Implantação;
- ♦ Encaminhar cópia dos ofícios, autorizações, licenças e relatórios trocados com os órgãos ambientais;
- ♦ Manter o CRA permanentemente atualizado com informações sobre a evolução dos programas ambientais;
- ♦ Apresentar em um prazo de 90 dias o Relatório “Condicionantes da Licença de Implantação” com correspondentes custos e cronograma físico-financeiro;
- ♦ Definir os termos e condições de execução do programa de Compensação Ambiental previsto na Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Conservação) com a CRA, antes da emissão da Licença de Operação;
- ♦ Desenvolver e implementar um sistema de gestão ambiental para a fase de operação das PCHs.

Relatórios de Monitoramento de EHS

- ♦ Fase de Construção – Cópia dos Relatórios Trimestrais de Andamento dos Programas do Projeto Básico Ambiental das PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2, até o início da operação dos empreendimentos, contendo o estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento

ambiental, estágio de implementação dos programas ambientais, planos de monitoramento e cronograma físico-financeiro;

- ♦ Fase de Operação – Cópia de Relatórios Trimestrais a serem encaminhados para a CRA, contendo a descrição das atividades socioambientais desenvolvidas pelas empresas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nas Licenças de Operação; e
- ♦ Após o primeiro ano de operação, apresentar Relatórios Semestrais nos primeiros 3 anos de operação e anual até o final do financiamento.

X Lista de Documentos

- ✓ Questionário Socioambiental da Empresa;
- ✓ Documentos da ESPRA – Energética Serra da Prata de junho 2005, agosto de 2005, março de 2006 e julho de 2007;
- ✓ Documentos da Preserv Consultoria Ambiental S.A;
- ✓ Licenciamento Ambiental Certificado - Licença Simplificada – Portaria CRA 6024 de 02/09/2005;
- ✓ Licenças de Implantação de 09/10/2005, de acordo com as Resoluções CEPRAM (Conselho Estadual de Meio Ambiente): 3198, 2199 e 3200 em processo de revalidação;
- ✓ Of. DILIC nº 1448/06 referente à transferência de titularidade;
- ✓ Autorização de Desmatamento do Ibama de 27/07/06;
- ✓ Ata da Audiência Pública de 24/05/03;
- ✓ Relatório Progresso Segurança do Trabalho de 2006/2007,
- ✓ Solicitação de Prorrogação de Prazo de Validade – PPV das Licenças de Implantação de 07/08/06.

Dados das empresas responsáveis pelo empreendimento:

Enerbras Centrais Elétricas S.A.

Av. Roque Petroni Jr. 999 13º andar

Morumbi – São Paulo – SP

04707-010

Responsável: Ricardo Lopes Delneri

ESPRA – Energia Serra da Prata S.A.

Av. Tancredo Neves, 3343 – sala 307-B Salvador –Bahia

41820-021

Fone: 55 71 3340 6306

Responsáveis: Ricardo Lopes Delneri e Renato Amaral

Dados da empresa de consultoria ambiental:

Preserv Consultoria Ambiental Ltda

Responsável: Engenheiro Sanitarista Luciano Cunha

e-mail: luciano@renovaenergia.com.br

BAHIA: Av. Tancredo Neves, 1632, sl. 613-Torre Sul

41820-020

ODEBRECHT

Engenheira Civil e de Segurança Regina Silva

e-mail: rcsilva@odebrecht.com

Fone: 55 73 3294 8350

ANEXO 3

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES INFRABRASIL

AVISO

O INFRABRASIL comunica o seu interesse em financiar o seguinte empreendimento:

Nome: Pequenas Centrais Hidrelétricas Serra da Prata S.A (41,8 MW)

Localização: municípios Jucuruçú, Vereda e Itamarajú no Estado da Bahia.

Descrição: Trata-se de PCHs Cachoeira da Lixa (14,8 MW), Colino I (11MW) e Colino II (16MW) localizadas nos rios Colino e Jucuruçu do Sul

Informações Adicionais: A aprovação da viabilidade ambiental dos Projetos foi conduzida pelo Centro de Recursos Ambientais-CRA e as Licenças de Localização e de Implantação já foram emitidas. O Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório (EIA e RIMA) foi apresentado durante a Em 24/05/2003, foi realizada em Itamaraju a Audiência Pública em conformidade com a legislação ambiental brasileira. Em 14 e 15 de julho de 2005, visando cumprir exigência do CRA, foram realizados Fóruns Técnicos voltados às comunidades diretamente afetadas pelo empreendimento nos municípios de Vereda e Jucuruçu.

O projeto encontram-se integralmente localizado dentro do estado da Bahia. As condicionantes e restrições ambientais previstas para as fases de construção como aquisição de terras e benfeitorias, desmatamento e resgate do patrimônio arqueológico estão sendo acompanhadas pelo CRA.

Convidamos a sociedade a manifestar-se sobre esta nossa intenção. Quaisquer comentários devem ser dirigidos à Área de Risco Socioambiental do ABN AMRO Real.

Contatos:

Christopher Wells (11) 3174-7834 christopher.wells@br.abnamro.com

Cristiane Ronza (11) 3174-6414 cristiane.ronza@br.abnamro.com

ANEXO 4

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES INFRABRASIL

Declaração de Intenções/ Statement of Intention (SOI)

| | |
|------------------|---------------------|
| Aprovado: | Cris Ronza |
| Data: | 27 de Março de 2007 |
| Nº: | 005 |

| | | |
|-------------------------------|--|---|
| Empresa: | HAZTEC Tecnologia e Planejamento Ambiental (Haztec Holding S.A.) | http://www.haztec.com.br |
| Contato: | Marcos Lourenço Ferreira | Tel: 21 39746150 Cel: 21 86710184 marcos.ferreira@haztec.com.br |
| Projeto: | Expansão da Haztec | |
| Estado/ município: | Rio de Janeiro | |

Para: Gerente do INFRABRASIL

De: EMS - Equipe Ambiental

Descrição

O projeto consiste do investimento do InfraBrasil na empresa Haztec para desenvolver o Plano de Negócios da para o Período 2007 – 2009, visando o início um novo ciclo de desenvolvimento da empresa que atualmente é focada em diagnóstico e remediação de áreas contaminadas com a criação de uma nova Linha de Negócios denominada LN VI (novos produtos em saneamento ambiental) e, o aumento na base de clientes e o crescimento corporativo, através de um Programa de Aquisições.

Plano de Negócio

O Plano de Negócio proposto pela Haztec consiste do desenvolvimento das seguintes Linhas de Negócio: LN I – Emissões Atmosféricas e Estratégias de Clima; LN II – Gestão Ambiental Integrada; LN III e IV – Diagnósticos Ambientais e Gestão e Remediação de Áreas Contaminadas; LN V – Gerenciamento de emergências Ambientais.

A viabilização dessa nova fase da Haztec envolverá a aquisição de diversas empresas que atuam na área ambiental.

Decisão do EMS do InfraBrasil

Projeto Rejeitado:

O Fundo INFRABRASIL não pode ser utilizado para este Projeto. Baseado nos critérios do INFRABRASIL, o risco social e ambiental não é aceitável.

Aceito para *Due Diligence* de EHS:

O Fundo INFRABRASIL pode ser utilizado para este projeto.

Estratégia para *Due Diligence* Ambiental e Social

A visita às áreas de atuação da Haztec deverá ser realizada pela equipe ambiental do InfraBrasil em Maio de 2007, em conformidade com os critérios estabelecidos no EMS.

Comentários

Após análise da documentação apresentada o Projeto proposto está de acordo com os critérios de elegibilidade previstos no Sistema de Gestão Ambiental (EMS) e não há impedimento socioambiental para a continuidade das negociações de financiamento do projeto junto ao InfraBrasil.

O Relatório de Viabilidade de EHS será elaborado com base nos procedimentos e princípios socioambientais adotados pelo Fundo.

Documentos Consultados

- ✓ Proposta de Investimento Março 2007 - Rev 1.
- ✓ Pesquisas em sites: Google.

ANEXO 5

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES INFRABRASIL

Relatório de Viabilidade de EHS Nº 004

| | |
|------------------|---------------------|
| Aprovado: | Cris Ronza |
| Data: | 27 de Junho de 2007 |
| Nº: | 004 |

| | | |
|-------------------------------|--|---|
| Empresa: | HAZTEC Tecnologia e Planejamento Ambiental (Haztec Holding S.A.) | http://www.haztec.com.br |
| Contato: | Marcos Lourenço Ferreira | Tel: 21 39746150 Cel: 21 86710184 marcos.ferreira@haztec.com.br |
| Projeto: | Expansão da Haztec | |
| Estado/ município: | Rio de Janeiro | |

Para: Gerente do INFRABRASIL

De: EMS - Equipe Ambiental

I. Conclusões e Recomendações

O Projeto de Investimento na Haztec Tecnologia e Planejamento Ambiental foi analisado com base nos critérios, procedimentos e princípios socioambientais adotados pelo Sistema de Gestão Ambiental (EMS) InfraBrasil. Após revisão da documentação, impressões obtidas durante a realização da *Due Diligence* e, considerando as características do Plano de Negócio (PN) proposto, o mesmo foi classificado como investimento em saneamento ambiental.

Considerando que os Planos de Ação para cada Linha de Negócio (LN) e sistema de gestão ambiental desenvolvido atualmente pela Haztec e plano de integração para as empresas a serem adquiridas foram adequadamente apresentados, entendemos que o Projeto objeto desse Relatório está em conformidade com o que estabelece o EMS do InfraBrasil e recomendamos a aprovação do Investimento proposto.

Considerando as características do Projeto, entendemos não ser necessário o desenvolvimento de um Plano de Ação de EHS (aspectos ambientais, sociais, de saúde e segurança e trabalhistas). O cumprimento das exigências e recomendações previstas nesse Relatório pode ser considerado suficiente para garantir a qualidade e boa reputação dos projetos e das entidades envolvidas no financiamento dos mesmos.

O contrato de financiamento deverá conter as exigências e recomendações apresentadas no **item VIII** desse Relatório (Exigências Propostas do EHS).

II. Questões Principais de EHS

A partir da análise do Projeto como um todo cabe ressaltar o seguinte aspecto:

Risco de Imagem e Financeiro: As atividades desenvolvidas pela Haztec após implementação do Plano de Aquisição podem resultar em processos e ações judiciais de co-responsabilidade por danos ambientais e à saúde pública. As medidas necessárias para minimizar esse tipo de risco estão sendo previstas na Proposta de Investimento com apoio e supervisão da equipe ambiental do InfraBrasil.

III. Histórico

Em 19/03/07, o InfraBrasil solicitou uma análise preliminar sobre a elegibilidade socioambiental de investimento na HAZTEC como uma empresa que atua no setor de saneamento ambiental com foco em remediação de áreas contaminadas. A partir da análise das informações fornecidas pelo InfraBrasil, disponíveis no site da Haztec e na Internet, agendamos a realização da *Due Diligence*. A Declaração de Intenção SOI nº 005 de 27/03/07 foi elaborada e enviada para o gerente do InfraBrasil e o projeto recebeu manifestação favorável à continuidade da análise socioambiental do investimento.

Durante a visita realizada em 29/03/07, foi possível verificar o estágio do desenvolvimento da Plano de Negócio. Houve também uma apresentação das principais atividades operacionais com o presidente da empresa Marco Lourenço Ferreira e o diretor de operador de operações (e fundador) Julius Stepansky, e respectivamente.

Houve realização de duas visitas a *sites* em processo de remediação pela Haztec em 11/05/2007 e 13/06/2007. Durante as visitas foi possível verificar os procedimentos técnicos e boas práticas de saúde e segurança adotadas pela Haztec.

A partir dessa data a equipe ambiental iniciou a análise da Proposta de Investimento. Houve também contatos telefônicos com os órgãos ambientais responsáveis pela análise e aprovação dos Relatórios produtos elaborados pela Haztec. A equipe ambiental do InfraBrasil entendeu ser suficiente o nível de informação disponível pela transparência com que a Haztec apresentou as informações associadas ao Plano de Negócio para o período de 2007-2009 e suas atuais atividades.

A Empresa

A Haztec, fundada em 1999, iniciou suas atividades em serviços de teste de estanqueidade e, gradativamente, expandiu sua atuação focada em serviços de diagnóstico e remediação de solo e águas subterrâneas, para o segmento *downstream* do setor de óleo e gás, principalmente associados à instalações de armazenamento de combustíveis em postos de serviço. A consolidação da empresa se deu com um grande número de contratos de

pequeno porte para empresas do SINDICOM (Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes), especialmente Ipiranga, Texaco, Repsol e Esso.

Em 2003, com a entrada da Synthesis Empreendimentos Ltda como acionista, a Haztec implementou um Sistema de Gestão, compreendendo novas diretorias (DIPRE, DIRAF-Diretoria Administrativa e Financeira, DIROP-Diretoria Operacional, DIMARK-Diretoria de Marketing); ERP (*Enterprise Resources Planning*); contabilidade auditada externamente; Estrutura de Q-SMS com certificação ISO 9001 e planejamento para certificações ISO 14000 e OSAHS 18000; Política de Treinamento e; Política de Pessoal com Plano de Cargos e Salários.

Nessa fase houve também investimentos em instalações, equipamentos e treinamento; expansão geográfica no Brasil e Argentina; aplicação da base de clientes, notadamente Petrobrás e Shell; fornecimento de serviços mais complexos e abrangentes de remediação; estabelecimento de parcerias com o BUREAU VERITAS e SEACOR ENVIRONMENTAL SERVICES INC (USA), sendo que esta última deu origem à subsidiária SES-HAZTEC Respostas a Emergências S.A. Outra subsidiária estabelecida pela Haztec Holding S.A. nesse período foi a TECHNOLAYER, para atuação em recuperação e conversão de tanques de armazenamento de combustível aéreos e subterrâneos.

IV. Descrição do Projeto

O projeto consiste do investimento para desenvolver o Plano de Negócios da para o Período 2007 – 2009, visando o início um novo ciclo de desenvolvimento da empresa através de crescimento orgânico e por aquisições.

Para o estabelecimento do novo Plano de Negócios 2007-2009, objeto desse Parecer deverão ser investidos cerca de até R\$ 110 milhões.

O InfraBrasil pretende fazer um aporte de capital de até R\$ 70 milhões, sendo R\$ 60 milhões em debêntures conversíveis em ações ordinárias e R\$ 10 milhões em ações ordinárias. O programa de aquisições será previamente aprovado pelo InfraBrasil.

Visão

A visão que norteou a atuação da Haztec entre 2003 e 2007 foi a de ser uma grande empresa de prestação de serviços nas áreas de segurança operacional e meio ambiente e uma referência para o mercado, reconhecida por sua capacidade técnica e pela ética em suas ações.

Atualmente, a visão expressa no Plano de Negócio 2007-2009 é a de ser uma das maiores empresas brasileiras fornecedoras de soluções integradas e de excelência, capazes de assegurar a sustentabilidade socioambiental dos processos de seus cliente.

O que pode ser destacado dos dois momentos da empresa é a ampliação das áreas de atuação, provendo serviços e soluções de sustentabilidade para os processos de seus clientes.

Missão e Princípios Empresariais

A missão desenvolvida pela Haztec é a de garantir a sustentabilidade socioambiental dos processos de seus cliente, através do fornecimento de soluções integradas em sua área de atuação, respeitando os seguintes Princípios Empresariais: (i) excelência em governança corporativa, (ii) desenvolvimento de parceiras estratégicas visando soluções inovadoras, (iii) valorização do conceito de Q-SMS como parte integrante do negócio, (iv) responsabilidade social, (v) capacitação e valorização dos funcionários e parceiros, (vi) retorno adequado aos acionistas.

Atualmente, a Haztec mantém filiais em Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Buenos Aires, sendo a matriz estabelecida no Rio de Janeiro. Esses escritórios atuam como pontos avançado de logística. Os gerentes das filiais respondem às demandas dos diversos gerentes de projetos em sua área de atuação geográfica.

A Haztec utiliza um sistema de gestão work flow – SGW para a execução dos projetos contratados, de acordo com o seguinte processo: (i) especificação técnica de projetos e propostas; (ii) execução do projeto “Book de Projetos”, (iii) controle e acompanhamento, emissão de Relatórios Periódicos, (iv) fechamento com emissão e aprovação dos Relatórios finais, (v) follow-up sobre a satisfação do cliente, análise dos resultados mensais e prognóstico.

A partir das visitas realizadas e verificação da documentação relativas aos projetos foi possível observar boa qualidade técnica, operacional e de saúde e segurança na prestação dos serviços contratados. A Haztec demonstrou competência na gestão socioambiental do seu negócio.

V Plano de Negócio

O Plano de Negócio em análise consiste do desenvolvimento das Linhas de Negócio (LN) descritos no quadro abaixo.

| # | Linhas de Negócio da Haztec | Produtos /Serviços Elementares Associados |
|--------|--|---|
| LN I | Emissões Atmosféricas e Estratégias de Clima | Inventário de Gases de Efeito Estufa |
| | | Projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo |
| | | Comercio de Emissões |
| | | Atendimentos a Regulamentos de Gases Controlados |
| | | Estudos de Viabilidade para Créditos de Carbono |
| LN II | Gestão Ambiental Integrada | Implantação de Sistemas de Gestão de SMS |
| | | Auditorias Sociais |
| | | Stake Holders Assessment |
| | | Consultoria para Registro no Dow Jones Sustainability Index |
| | | Desenvolvimento de Programas de Responsabilidade Social |
| | | Estudos para Licenciamentos (E IA / RIMA, etc) |
| | | Licenciamentos (Federal, Estadual, Municipal) |
| LN III | Diagnósticos Ambientais | Auditorias e Due Diligences Ambientais |
| | | Avaliação Ambiental (Site Assessment) |
| | | Testes de Estanqueidade |
| LN IV | Gestão e Remediação de Áreas Contaminadas | Planejamento e Projetos de Remediação |
| | | Remediação de Solo e Aquífero |
| | | Gestão de Resíduos – on site / off site |
| | | Monitoramento e Controle de Remediações |
| LN V | Gerenciamento de Emergências Ambientais | Planejamentos de Respostas e Exercícios |
| | | Gerenciamento de Crises |
| | | Serviços de Pronta Resposta a Emergências |
| | | Operação de Centros de Defesa Ambiental |

Fonte: Proposta de Investimento, maio 2007 rev.3

Além das linhas de negócio listadas acima, a Haztec incluirá uma nova linha denominada LN VI: Tratamento de Efluentes, que será responsável pela (i) projeto, implementação e operação de sistemas para tratamento de efluentes industriais e saneamento básico, (ii) projeto, implementação e operação de plantas para tratamento de água para municípios e indústrias, (iii) coleta e destinação de lixo extraordinário, industrial e comercial.

De uma maneira geral as LNs definidas pela Haztec se aplicam aos seguintes segmentos do mercado ambiental brasileiro: óleo e gás, papel e celulose, mineração, aço, alumínio, cimento, químico e petroquímico, energia, financeiro e setor público.

Com base nos levantamentos realizados pela Haztec e pesquisas adicionais realizadas pelo InfraBrasil, há uma previsão de crescimento para o mercado brasileiro de remediação de áreas contaminadas. Essa projeção está baseada nas seguintes premissas: (i) existe um grande estoque nacional de resíduos perigosos; (ii) defasagem entre a geração atual de novos resíduos e o seu correto tratamento, (iii) legislação ambiental adequada e órgãos ambientais com capacidade crescente de implementação da legislação aplicável e aumento da conscientização da população.

Para compor o Plano de Negócio, com seu respectivo programa de aquisições de empresas que atuam na área de consultoria ambiental e de saneamento, a Haztec realizou uma análise dos ambientes internos e externos (SWOT) para cada Linha de Negócio (LN).

A análise consolidada da empresa também resultou na identificação dos riscos e oportunidades associados ao novo Plano de Negócio da Haztec, a saber: (i) a dificuldade para contratação de profissionais com maior qualificação, (ii) a alteração na política ambiental, (iii) a falta de adesão total do sistema de gestão ao conceito de Administração Estratégica (AE), podendo gerar queda nas contribuições das LNs, (iv) a falta de certificação ISO 14001 e OSHAS 18000.

Essa análise também considerou os principais aspectos de ameaças e fraquezas e de oportunidades e forças. A avaliação apresentada pode ser considerada adequada para a fase em que encontra o projeto.

VI Plano de Aquisição

A viabilização dessa nova fase da Haztec envolverá a aquisição de diversas empresas que atuam na área ambiental. A tabela abaixo apresenta uma descrição sucinta da empresas alvo para aquisição e suas correspondentes LN.

| Empresas | Área de Atuação | Linha de Negócio (LN) | Site |
|---|--|------------------------------|---|
| Alpina Briggs | Atua na operação de combate a derramamentos de petróleo e seus derivados | V e VI | http://www.alpinaambiental.com.br |
| Hidroclean | Prevenir, monitorar e, quando necessário, combater vazamentos de derivados de petróleo e produtos químicos | V | http://www.hidroclean.com.br |
| CSD Geoklock | Consultoria em engenharia e geologia ambiental. | III, IV e V | http://www.geoklock.com.br/ |
| Geoplan Soluções em Abastecimento de Água | Soluções para fornecimento, tratamento de água, tratamento e reuso de efluentes | VI | http://www.geoplan.com.br/ |

| | | | |
|-------------------------------------|--|-------------|---|
| BFU | Descontaminação de solo e água em áreas industriais, bases de distribuidoras e postos de gasolina | III, IV e V | http://www.bfu.com.br/ |
| Suatrans | Controle e prevenção de acidentes ambientais. Disponibiliza soluções em produtos, serviços e treinamento | V | www.suatrans.com.br |
| BTS – Brasil Tecnologia e Serviços | Consultoria em otimização de processos administrativos e industriais | I | http://www.btsbrasil.com.br/ |
| TECNOHIDRO Projetos Ambientais | Cosultoria em processo de gerenciamento ambiental de áreas contaminadas | III e IV | http://www.tecnohidro.com.br/tec01.htm |
| EKOS Ambiental | Consultoria Ambiental | II | http://www.ekosambiental.com.br/ConhecerEkos.htm |
| SALVATERRA Consultoria e Engenharia | Sistema de Gerenciamento Integrado | II | |
| ENERGÉTICA | Medição de poluentes atmosféricos e monitoramento ambiental. | I | http://www.ecologica.com.br/en01ind.htm |

A equipe socioambiental do InfraBrasil realizou uma análise preliminar sobre as empresas acima citadas e não identificou riscos socioambientais significativos que impeçam o desenvolvimento do programa de aquisição.

A conclusão das aquisições está prevista para o final de 2007. O sistema de gestão será o padrão BOVESPA – Novo Mercado.

Plano de Ação 2007-2009

O Plano de Ação previsto para o desenvolvimento do programa de aquisição consiste preliminarmente das seguintes atividades: (i) consolidação da estrutura organizacional para

administrar o crescimento e integração das novas empresas, (ii) revisão dos procedimentos e implementação do Sistema de Gestão da Qualidade-SGQ, (iii) consolidação da estrutura de compras e logística, revisão das ferramentas de controle contemplando adequação as novas Linhas de Negócio e o Plano de Aquisição e, (iv) migração atual do sistema de controle do documentos para sistema integrado.

Para cada Diretoria foi desenvolvido um Plano de Ação específico, visando contemplar as especificidades de cada Linha de Negócio. As principais ações a serem implementadas pela DIROP (Diretoria Operacional) estão resumidas a seguir.

LN1 – Emissões Atmosféricas e Estratégias de Clima:

- ✓ Desenvolvimento de Projetos/Relatórios para os Serviços Elementares da LN,
- ✓ Desenvolvimento de Parceiros Estratégicos/Banco de Consultores/Equipe Própria para a Execução dos Serviços.

LN II – Gestão Ambiental Integrada:

- ✓ Desenvolvimento de Modelos e Procedimentos Consolidados/Planos de Projetos/Relatórios para os Serviços Elementares da LN,
- ✓ Desenvolvimento de Parceiros Estratégicos/Banco de Consultores/Equipe Própria para a Execução dos Serviços,
- ✓ Adequação da Estrutura de Licenciamento p/ os Serviços de EIA/RIMA + SGA; Solução integrada e completa para o licenciamento de grandes empreendimentos.

LN III e IV – Diagnósticos Ambientais e Gestão e Remediação de Áreas Contaminadas:

- ✓ Adoção de novas metodologias, parceiros e processos aplicáveis aos atuais serviços (GPR, Sondagem, Análises *in-situ*; equipamentos e técnicas de remediação),
- ✓ Revisão dos procedimentos e modelos de Relatórios, Adequação e Treinamento de equipes para serviços em novos tipos de clientes/contaminantes específicos,
- ✓ Adoção de Sistema Geo-referenciado (GIS),
- ✓ Fortalecimento de Parcerias Estratégicas visando o atendimento a grandes projetos de gestão de áreas contaminadas.

LN V – Gerenciamento de emergências Ambientais:

- ✓ Aprofundar relacionamento Operacional com a parceira SEACOR.

LN VI – Sistemas de tratamento de efluentes e saneamento:

- ✓ Desenvolvimento de Modelos de Procedimentos Consolidados/Planos de Projetos/Relatórios p/ os Serviços Elementares da LN,
- ✓ Desenvolvimento de Parceiros Estratégicos/Banco de Consultores/Equipe Própria para a execução dos serviços.

VII Principais Riscos e Impactos de EHS

Durante a análise da proposta e due diligence, não foram identificados potenciais riscos socioambientais e passivos ambientais, envolvendo a Haztec, seus fornecedores e as

empresa propostas no Plano de Aquisição. Atualmente, as empresas apresentam distintas estratégias de sustentabilidade e diversos estágios de evolução de sistema de gestão ambiental e responsabilidade social. O Plano de Integração proposto pela Haztec deverá ser capaz de incorporar as boas práticas de gestão já existentes e fazer os ajustes necessários para garantir o melhor desempenho da nova administração no menor tempo possível.

O risco de ser responsabilizada por danos ambientais e de saúde pública é inerente à principal atividade da Haztec (LN III, IV e Diagnóstico, Remediação de Áreas Contaminadas e Gerenciamento de Emergências). Esse risco deve ser minimizado com a implementação das melhores práticas de gestão ambiental previstas da Proposta de Investimento e no efetivo controle e monitoramento das atividades desenvolvidas pela Haztec e seus atuais e futuros colaboradores.

VIII Exigências Propostas do EHS

Pré-Desembolso

- ✓ Apresentar os Planos de Ação atualizados contendo escopo de trabalho de *Due Diligence* ambiental;
- ✓ Previsão de implementação de um sistema de gestão baseado na norma SA 8000, além das certificações já previstas (ISO 14001 e OSHAS 1800);
- ✓ Executar *Due Diligence* ambiental em todas as empresas previstas no Plano de Aquisição e Integração a apresentar Relatório consolidado para cada empresa;

Pós-Desembolsos

- ✓ Aperfeiçoar o sistema de contratação de seguro ambiental para os serviços associados às Linhas de Negócio LNs III, IV, V;
- ✓ Compartilhar com os órgãos ambientais envolvidos novas tecnologias e boas práticas relativas aos serviços propostos,
- ✓ Promover o uso da tecnologia/metodologia mais adequada para o desenvolvimento de cada Linha de Negócio;
- ✓ Cumprir e fazer cumprir com todas as exigências previstas na legislação ambiental e trabalhista;
- ✓ Auxiliar as empresas subcontratadas no total cumprimento da legislação ambiental e trabalhista;
- ✓ Comunicar qualquer tipo contingência, multa, acidente, ação civil ou criminal envolvendo a Haztec e seus fornecedores;

O InfraBrasil deverá monitorar o sistema de gestão ambiental da Haztec, por meio de visitas, revisão da documentação e contratar consultoria independente nas atividades de supervisão e monitoramento do Projeto, se necessário.

Relatórios de Monitoramento de EHS

- ✓ Fase de Aquisição – Relatório quadrimestrais de Atividades, contendo a descrição das atividades desenvolvidas pela Haztec e definidas no Plano de Ação;
- ✓ Fase de Pós Aquisição – Após o primeiro ano de consolidação do Plano de Negócio, apresentar Relatórios Semestrais nos 3 primeiros anos de operação e anual até o final do financiamento.

IX Lista de documentos

- a. Proposta de Investimento Maio de 2007 – Rev. 3
- b. Haztec – Apresentações 14/06/2007
- c. Projeto de Aquisições
- d. Serviços de Remoção de Borrás e Encerramento de Cavas

Dados das empresas responsáveis pelos empreendimentos:

Razão Social: HAZTEC Tecnologia e Planejamento Ambiental S.A.
CNPJ: 03.279.285/0001-30
Endereço da Sede: Rua São José, 70/16º Andar
Centro – Rio de Janeiro – RJ
Cep 20010-020

ANEXO 6

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES INFRABRASIL

AVISO

O INFRABRASIL comunica o seu interesse em financiar o seguinte empreendimento:

Nome: HAZTEC Tecnologia e Planejamento Ambiental (Haztec Holding S.A.)

Localização: Rio de Janeiro

Descrição: Trata-se de um projeto de Expansão da Haztec

Informações Adicionais: O projeto consiste do investimento do InfraBrasil na empresa Haztec para desenvolver o Plano de Negócios da para o Período 2007 – 2009, visando o início um novo ciclo de desenvolvimento da empresa que atualmente é focada em diagnóstico e remediação de áreas contaminadas.

O Plano de Negócio proposto pela Haztec consiste do desenvolvimento de novas linhas de negócio como: emissões atmosféricas e estratégias de clima; gestão ambiental; diagnósticos ambientais e gestão e remediação de áreas contaminadas; gerenciamento de emergências ambientais.

Convidamos a sociedade a manifestar-se sobre esta nossa intenção. Quaisquer comentários devem ser dirigidos à Área de Risco Socioambiental do ABN AMRO Real.

Contatos:

Christopher Wells (11) 3174-7834 christopher.wells@br.abnamro.com

Cristiane Ronza (11) 3174-6414 cristiane.ronza@br.abnamro.com

ANEXO 7

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES INFRABRASIL Declaração de Intenções/ Statement of Intention (SOI)

| | |
|-----------------|--------------------------|
| Aprovado | Cris Ronza |
| Date: | 23 de Outubro de 2007 |
| Nº: | 0008 |

| | | |
|------------------|--|--|
| Empresa: | Renova Energia S.A. | Tel: 11 8556 8036 / 11 5185 2830 |
| Contato: | Ricardo Delneri | Cel.: 55 11 7654-0674 ricardo@renovaenergia.com.br |
| Projetos: | Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs – Projeto Renova | |
| Estados: | Bahia, Minas Gérias, Paraná, Mato Grosso , Mato Grosso do Sul, Tocantins, Maranhão | |

Para: Gerente do INFRABRASIL
De: EMS - Equipe Ambiental

Descrição

O projeto Renova Energia de responsabilidade da empresa Enerbras Centrais Elétricas Ltda. consiste do desenvolvimento e construção de um 24 Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs) a partir do aproveitamento dos potenciais hidráulicos de diversos cursos d'água, envolvendo 15 PCHs no Estado da Bahia, 3 em Minas Gerais, 2 no Mato Grosso do Sul, 1 no Mato Grosso e 4 no Paraná, totalizando uma potência de 233,4 MW. Além desses projetos estão sendo inventariados outros 16 aproveitamentos nos Estados do Tocantins, Maranhão, Bahia e Minas Gerais.

As PCHs propostas encontram-se em diversas fases de desenvolvimento e situação junto ao órgão regulador ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

O investimento total à realização dos projetos será de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões e a participação proposta pelo InfraBrasil é de aproximadamente R\$ 30 milhões.

Atual Situação de Conformidade Ambiental

De acordo com a documentação apresentada, os projetos estão sendo desenvolvidos em conformidade com a legislação ambiental brasileira.

Os procedimentos de licenciamento ambiental das PCHs e definição de restrições ambientais deverão ser definidos e acompanhados pelos órgãos estaduais e ou federais de meio ambiente.

Principais Questões de EHS

Os principais impactos negativos previstos para a fase de viabilidade, construção e operação das PCHs estão sendo avaliados pela empresa de consultoria Preserv.

Para minimizar esses impactos negativos deverão ser definidas diversas medidas de controle minimização e compensação, além programas de capacitação profissional, educação ambiental e comunicação social na região do empreendimento.

A Renova Energia, responsável pelo investimento deverá administrar questões comuns a todos os projetos, considerando sempre as características regionais e locais onde estes estão sendo instalados, de forma a minimizar eventuais disputas e conflitos de interesse.

Considerando que os projetos encontram-se em diversas fases de aprovação e desenvolvimento e aprovação, entendemos ser necessária a análise da política ambiental da empresa. Com base nas informações disponíveis até a presente data não há restrição de elegibilidade.

Principais Planos e Programas

Ainda não há definição de planos e programas ambientais para os projetos. Os estudos de impacto ambiental encontram-se em fase de elaboração.

Decisão do EMS do InfraBrasil

Projeto Rejeitado:

O Fundo INFRABRASIL não pode ser utilizado para este Projeto. Baseado nos critérios do INFRABRASIL, o risco social e ambiental não é aceitável.

Aceito para *Due Diligence* de EHS:

O Fundo INFRABRASIL pode ser utilizado para este projeto.

Estratégia para *Due Diligence* Ambiental e Social

A equipe ambiental do InfraBrasil deverá realizar reuniões de entendimento com os representantes da Renova.

Comentários

Após análise das informações disponíveis e considerando as características dos projetos e suas localizações, as PCHs do “Projeto Renova” estão a priori de acordo com os critérios

de elegibilidade previstos no Sistema de Gestão Ambiental (EMS) e não há impedimento socioambiental para a continuidade das negociações de investimento junto ao InfraBrasil.

O Relatório de Viabilidade de EHS será elaborado com base nos procedimentos e princípios socioambientais adotados pelo Fundo.

ANEXO 8

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES INFRABRASIL Relatório de Viabilidade de EHS Nº 007

| | |
|-----------------|---------------------------|
| Aprovado | Cris Ronza |
| Date: | 09 de Novembro de 2007 |
| Nº: | 0007 |

| | | |
|------------------|--|--|
| Empresa: | Renova Energia S.A. | Tel: 11 8556 8036 / 11 5185 2830 |
| Contato: | Ricardo Delneri | Cel.: 55 11 7654-0674 ricardo@renovaenergia.com.br |
| Projetos: | Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs – Projeto Renova | |
| Estados: | Bahia, Minas Gerias, Paraná, Mato Grosso , Mato Grosso do Sul, Tocantins, Maranhão | |

Para: Gerente do INFRABRASIL

De: EMS - Equipe Ambiental

I. Conclusões e Recomendações

O investimento proposto para o desenvolvimento de cerca de 24 Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs) distribuídas em 7 estados brasileiros foi analisado com base nos critérios, procedimentos e princípios socioambientais adotados pelo Sistema de Gestão Ambiental (EMS) InfraBrasil.

Após análise das informações disponíveis e considerando as características dos projetos e suas localizações, as PCHs do “Projeto Renova” e, o grau de transparência e competência com que os responsáveis pelos projetos estão conduzindo as questões socioambientais, entendemos que o investimento objeto desse Relatório está em conformidade com o que estabelece o EMS do InfraBrasil e recomendamos a aprovação do Investimento proposto. O cumprimento das exigências e recomendações previstas nesse Relatório pode ser considerado suficiente para garantir a qualidade e boa reputação dos projetos e das entidades envolvidas no financiamento dos mesmos.

O contrato de financiamento deverá conter as exigências e recomendações apresentadas no **item VIII** desse Relatório (Exigências Propostas do EHS).

II. Questões Principais de EHS

O seguinte ponto de atenção:

A partir da análise das informações disponíveis destaca-se o seguinte aspecto:

- ✓ Necessidade de desenvolvimento e implementação de um Sistema de Gestão Ambiental para a Renova Energia que reflita e consolide as boas práticas socioambientais já desenvolvida pela empresa e que dê garantia da viabilidade socioambiental dos projetos em fase de desenvolvimento.

III. Histórico

Em 17/10/2007, o InfraBrasil solicitou análise preliminar sobre a elegibilidade socioambiental das PCHs. A partir da análise das informações disponíveis, agendamos uma reunião com o gerente de meio ambiente da empresa Renova. A Declaração de Intenção SOI nº 008 de 23/10/2007 foi elaborada e enviada para o gerente do InfraBrasil e recebeu manifestação favorável à continuidade da análise socioambiental do investimento.

Durante a reunião realizada em 25 de outubro de 2007, foi possível verificar o estágio do desenvolvimento dos estudos ambientais das PCHs. Houve também entrevista com a equipe de consultoria ambiental da Preserv Consultoria Ambiental, já previamente aprovada pela equipe ambiental do InfraBrasil para o projeto Serra da Prata.

A equipe ambiental do InfraBrasil entendeu ser suficiente a qualificação do gerente de meio ambiente e relações institucionais da Renova Energia para a adequada condução das aprovações e gestão ambiental dos projetos propostos. Adicionalmente, houve também o compromisso formal da Renova em desenvolver e implementar um Plano de Gestão Ambiental.

As Empresas Responsáveis

A Renova Energia S.A. foi criada em Dezembro de 2006 com a finalidade de ser a empresa holding do Grupo – sendo a controladora da empresa Enerbrás Centrais Elétricas S.A., detentora do controle da Empresa Energética Serra da Prata – ESPRA.

A empresa Preserv conta com equipe multidisciplinar para a coordenação e gestão dos aspectos socioambientais dos projetos.

IV. Descrição do Projeto

O projeto Renova Energia de responsabilidade da empresa Enerbras Centrais Elétricas Ltda. consiste do desenvolvimento e construção de um 24 Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs) a partir do aproveitamento dos potenciais hidráulicos de diversos cursos d'água, evoluindo 15 PCHs no Estado da Bahia, 3 em Minas Gerais, 2 no Mato Grosso do Sul, 1 no Mato Grosso e 4 no Paraná, totalizando uma potência de 233,4 MW.

Além desses projetos estão sendo inventariados outros 16 aproveitamentos nos Estados do Tocantins, Maranhão, Bahia e Minas Gerais, com potencial de geração de 645 MW.

As PCHs propostas encontram-se em diversas fases de desenvolvimento e situação junto ao órgão regulador ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), conforme quadro abaixo.

O investimento total para a execução dos projetos propostos será de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões e a participação proposta pelo InfraBrasil é de aproximadamente R\$ 30 milhões. O desembolso será realizado em uma única tranche.

O cronograma de entrada em operação do primeiro grupo de PCHs localizada na Bahia está previsto para 2010.

V. Situação Atual da Conformidade Ambiental

Os procedimentos de licenciamento ambiental das PCHs e definição de restrições ambientais deverão ser definidos e acompanhados pelos órgãos estaduais e ou federais de meio ambiente e pela equipe ambiental do InfraBrasil.

A análise de viabilidade ambiental e due diligence de cada projeto ou grupo de projetos será realizada a medida em que os estudos ambientais sejam concluídos e apresentados aos órgãos ambientais, em conformidade com os critérios estabelecidos no EMS.

VI. Principais Riscos e Impactos de EHS

Os principais impactos negativos previstos para a fase de viabilidade, construção e operação das PCHs estão sendo avaliados pela empresa de consultoria Preserv e deverão ser atestados e aprovados pelos órgãos ambientais envolvidos.

Para minimizar esses impactos negativos deverão ser definidas diversas medidas de controle, minimização e compensação, além de programas de capacitação profissional, educação ambiental e comunicação social na região do empreendimento.

A Renova Energia, responsável pelo investimento, deverá administrar questões comuns a todos os projetos, considerando sempre as características regionais e locais onde estes estão sendo instalados, de forma a minimizar eventuais disputas e conflitos de interesse.

Considerando que os projetos encontram-se em diversas fases de aprovação e desenvolvimento e aprovação, entendemos ser necessário o desenvolvimento e implementação de um Sistema de Gestão Ambiental para a Renova Energia que reflita e consolide as boas práticas socioambientais já desenvolvidas pela empresa com o objetivo e garantir a viabilidade socioambiental dos projetos.

Os principais impactos negativos previstos para a fase de operação das PCHs são a alteração do uso e ocupação do solo, da paisagem, das condições hidrológicas, da qualidade das águas, e da fauna e flora local.

As principais características socioambientais das regiões onde estão inseridas as PCHs do Estado da Bahia já diagnosticadas pela equipe ambiental da Renova estão descritas a seguir.

PCH Mascote (29MW)

O aproveitamento hidrelétrico de Mascote situa-se no rio Pardo, eixo às coordenadas UTM 8277238 e 462200, a montante do Município de Mascote.

O empreendimento (barramento, casa de força e lago) insere-se em região de domínio de Mata Atlântica, com vegetação representativa em alguns locais, alternando com áreas de pastagens em outros. A mata ciliar será recomposta numa faixa de 100 m, perpendicularmente ao leito do rio.

Diversas fazendas se localizam às margens do rio. Não se observam atividades agrícolas, mas apenas criações de animais. A atividade pesqueira é importante na região.

O relevo tem declividade elevada, principalmente nas terras situadas às margens do rio. A montante do local do eixo, o afloramento rochoso é bem intenso, diminuindo na medida em que se afasta deste ponto em direção às partes mais altas do rio.

PCH Tamanduá (8,4 MW - 12°13' S e 45°15' W)

A cobertura vegetal da região é característica de cerrado em seus diversos tipos. Nas margens do rio de Ondas predominam as veredas – vegetação encontrada sobre solos hidromórficos, circundadas por campo limpo, geralmente úmido, caracterizadas pela presença do buriti (*Mauritia flexuosa*), que ocorrem em meio a agrupamentos de espécies arbustivo-herbáceas.

No local previsto para o empreendimento observa-se a presença de poucos moradores, que habitam pequenas chácaras e propriedades, com predominância da agricultura de subsistência e de pequenas criações de gado. Devido às características das PCHs, que serão implementadas com a formação de pequenos lagos, as benfeitorias que necessitarem ser retiradas poderão ser alocadas em novas áreas próximas aos seus locais de origem.

Quanto ao possível conflito pelo uso da água, em função da existência de irrigantes a montante do local, vale ressaltar que a quantidade de outorgas emitidas pelo Estado, todavia, já se encontra próxima do máximo permitido pela lei, o que não afetará o funcionamento do empreendimento.

Apesar de a utilização das margens do rio de Ondas para o lazer indicar outro possível conflito pelo uso da água na região, tal utilização somente ocorre próximo às cidades,

principalmente Barreiras. O empreendimento localiza-se a montante dessa cidade, distante mais de 30 km, não havendo, portanto, problemas dessa natureza.

PCH Pedras (5,4 MW - 12°15' S e 45°17' W)

Trata-se de um empreendimento próximo à PCH Tamanduá, localizado a 5 km a montante deste, e que apresenta as mesmas características descritas acima, com a ressalva de que não existem chácaras ou pequenas propriedades na área de influência direta do empreendimento.

PCH Cachoeira Grande (3,4 MW - 11°05' S e 45° 49' W)

A cobertura vegetal da região se caracteriza pelo cerrado em seus diversos tipos, predominando o chamado cerradão, formação florestal que apresenta elementos xeromórficos e se caracteriza pela composição mista de espécies comuns ao cerrado *strictu senso*, à mata de galeria e à mata seca. O cerrado *senso estrito* (com árvores baixas e retorcidas, arbustos, sub-arbustos e ervas) se destaca nas chapadas que margeiam o rio Preto. Na área próxima ao local do aproveitamento, todavia, as veredas cedem espaço à mata de galeria, que ocupa as regiões onde o rio Preto estreita-se, formando um vale.

A região caracteriza-se pela presença de pequenas propriedades onde se pratica a agricultura de subsistência, com destaque para as culturas da mandioca, arroz e milho, além da pecuária extensiva.

PCH Vereda (3,1 MW)

Esse empreendimento dista cerca de 4 km acima da PCH Cachoeira Grande. Desta maneira, não existem diferenças significativas em relação à vegetação e ao uso do solo na área. Ressalta-se, apenas, a ausência da mata de galeria, com a predominância de veredas na área de influência direta.

PCH Arrodeador (14 MW - 13° 40' S e 44° 35' W)

A bacia do rio Formoso, dominada pelo bioma do Cerrado, é constituída por um grande mosaico de paisagens naturais dominado por diferentes fisionomias de savanas estacionais, recortados por estreitos corredores de matas ciliares ao longo dos rios, ladeados por savanas de encosta ou por veredas, que predominam na área do empreendimento.

O principal uso dos solos está diretamente relacionado à agricultura, pois essa atividade teve um impulso muito forte a partir da implantação dos programas de expansão agrícola. Dentro deste contexto, a irrigação tem um papel fundamental para a expansão das áreas agricultáveis na região. Na área de influência direta, todavia, predominam as pequenas propriedades, que praticam agricultura de subsistência aproveitando as poucas áreas agricultáveis às margens do rio.

PCH Juracitaba (10 MW)

A PCH está inserida no rio Itanhém, sub-bacia 55, bacia hidrográfica do Atlântico Leste, município de Medeiros Neto, que possui uma população de 20.561 habitantes, 1.250 Km² de área municipal e uma densidade demográfica de 19,2 hab/km².

A PCH será implantada no rio Alcobaça ou Itanhém, que nasce em Minas Gerais, município de Machacalis, corre de oeste para leste até desaguar no Oceano Atlântico, junto ao município de Alcobaça, Extremo Sul do Estado da Bahia.

Ao longo de todo o trecho do rio onde será construída a PCH constatamos a presença de pastagens nas duas margens do rio, com utilização para pecuária e campos de cultura sem árvores ou macegas. Esta característica atribui-se ao processo de desmatamento ao longo dos anos.

Na área de influência direta, a fauna ocupa uma paisagem a qual pode ser compartimentada em três biótopos principais, referindo-se a áreas de campos antrópicos, pequenas formações brejosas e manchas de formações arbóreas secundárias (capoeiras e capoeirões).

Estes ambientes encontram-se fortemente relacionados. No arranjo atual, as áreas de capoeiras atuam em especial como sítios de dormida e área fonte de grande parte das espécies registradas em campo. Habitats palustre e ribeirinhos, embora também apresentem muitas das formas registradas nos dois outros biótopos, guarda alguns grupos exclusivos ou, pelo menos, preferentes.

PCH Santa Clara Jusante (6 MW)

A PCH está inserida na bacia do rio Jucuruçu, mais precisamente nos municípios de Vereda e Itamaraju, situados no extremo Sul do Estado da Bahia.

O uso predominante do solo é de pastagens, que substituem a cultura do cacau e o cultivo da cana.

A vegetação de mata ficou restrita aos locais de maior declividade e de mais difícil acesso e às ilhas, tendo sido extraídas as árvores de melhor potencial madeireiro.

Na área de influência direta, a fauna ocupa uma paisagem que pode ser compartimentada em três biótopos principais, referindo-se às áreas de campos antrópicos, pequenas formações brejosas e manchas de formações arbóreas secundárias (capoeiras e capoeirões).

Em termos biogeográficos, a ictiofauna da bacia do rio Jucuruçu é parte integrante do domínio do leste-brasileiro, uma unidade espacial marcada por apresentar alto endemismo, com mais de 60% de sua fauna ictiíca restrita a esta região.

A região onde se insere a PCH Santa Clara Jusante possui sua base econômica voltada para a produção agropecuária, revelando características que remontam os processos iniciais de ocupação e de formação territorial.

PCH Santa Galo (6,5 MW)

A PCH está inserida no rio Buranhém, sub-bacia 55, bacia hidrográfica do Atlântico Leste, município de Guaratinga. As nascentes do rio Buranhém se encontram em sua maioria no município de Santo Antônio do Jacinto, passando próximo às cidades de Buranhém, São João do Sul, Eunápolis, Vale Verde, indo desaguar ao sul de Porto Seguro.

A paisagem da região é caracterizada pela existência de fragmentos de Mata Atlântica de diversos tamanhos e com diferentes graus de conservação.

A fisionomia geral da vegetação é considerada homogênea, do ponto de vista florestal, ou seja, pelas formações vegetacionais serem em maioria de florestas. As quatro fitofisionomias identificadas são: florestas de tabuleiro (assim chamadas porque ocorrem nos platôs), matas de galeria e em menor escala, os brejos e as mussunungas ou campos naturais, formações de fronteiras mais definidas, com árvores de pequeno porte e mais esparsas.

Para Guaratinga, os dados IBGE (2000) demonstram que a população era de 24.319, sendo que 10.017 correspondem à população urbana e 14.302 à população rural, com uma taxa de urbanização de 41,1% e densidade demográfica de 10,4 hab./km².

PCH Gongoji Jusante (12 MW) e PCH Gongoji Montante (12 MW)

Os aproveitamentos hidrelétricos anteriores, situam-se no rio Gongoji, prováveis eixos às coordenadas UTM 8416655 – 450693 e UTM 8414741 – 446443, respectivamente, o primeiro à jusante e o segundo à montante do Município de Gongoji, estado da Bahia.

Os empreendimentos (barramento, casa de força e lago) estão em região de domínio de Mata Atlântica, com vegetação pouco representativa em todo o trecho. A presença de pastagens para criação de gado bovino é marcante. Esta atividade tem grande importância no município com presença de grandes criadores.

As matas ciliares encontram-se degradadas e em caso de implementação dos empreendimentos serão recompostas em todo o perímetro dos lagos, numa faixa de 100 metros medida perpendicularmente ao leito do rio e com uso de espécies nativas.

Diversas fazendas se localizam à beira do rio. Os cultivos agrícolas aos pequenos cultivos de subsistência, inclusive em locais inadequados como a beira do rio, onde o uso do solo e de pesticidas pode se constituir em importante impacto negativo aos ecossistemas locais.

VII. Programas de EHS

Ainda não há definição de planos e programas ambientais para os projetos. Os estudos de impacto ambiental encontram-se em fase de elaboração.

Para minimizar os principais impactos negativos, deverão ser propostas pela Renova e estabelecidas medidas e ações de controle, minimização e compensação, além de programas de educação e comunicação social com as escolas públicas da região. As condicionantes socioambientais a serem estabelecidas para as fases de implantação dos empreendimentos deverão ser acompanhadas pelo órgãos ambientais envolvidos.

VIII Exigências Propostas do EHS

Exigências de EHS

Pré Desembolso

- ♦ Apresentar o escopo do Sistema de Gestão Ambiental para a Renova Energia S.A., contendo cronograma de implantação, ações, custos e responsabilidades;

Pós Desembolso

- ♦ Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais;
- ♦ Apresentar cópia dos estudos ambientais (Estudo de Impacto Ambiental e respectivos Relatórios EIA/RIMA ou Relatório Ambiental Simplificado-RAS) para cada Pequena Central Hidrelétrica-PCH;
- ♦ Comunicar qualquer solicitação de revisão de exigência constante das Licenças Ambientais para cada projeto;
- ♦ Encaminhar cópia dos ofícios, autorizações, licenças e relatórios trocados com os órgãos ambientais;
- ♦ Manter os órgãos permanentemente atualizados com informações sobre a evolução dos programas ambientais para cada projeto;
- ♦ Apresentar Relatório de Atividades do programa de aquisição de terras e benfeitorias, contendo informações detalhadas sobre as negociações com proprietários e não proprietários, custos e ações desenvolvidas;
- ♦ Definir os termos e condições de execução dos programas de Compensação Ambiental previstos na Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Conservação) com os órgãos ambientais, antes da emissão da Licença de Operação;
- ♦ Desenvolver e implementar um Sistema de Gestão Ambiental para a fase de operação das PCHs.

Relatórios de Monitoramento de EHS

- ♦ Fase de Viabilidade das PCHs – Relatórios Trimestrais de andamento do licenciamento ambiental do projetos, contendo estágio de evolução dos estudos ambientais, licenças, outorgas, e autorizações governamentais e audiência pública;
- ♦ Fase de Construção das PCHs – Cópia dos Relatórios Semestrais de Andamento dos Programas do Projeto Básico Ambiental, até o início da operação dos empreendimentos, contendo o estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental, estágio de implementação dos programas ambientais, planos de monitoramento e cronograma físico-financeiro;
- ♦ Fase de Operação das PCHs – Cópia de Relatórios Semestrais a serem encaminhados para os órgãos ambientais, contendo a descrição das atividades socioambientais desenvolvidas pelas empresas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nas Licenças de Operação; e
- ♦ Após o primeiro ano de operação, apresentar Relatórios Semestrais nos primeiros 3 anos de operação e anual até o final do financiamento.

IX Lista de Documentos

- ✓ Questionário Socioambiental da Empresa;
- ✓ Ofício Renova nº 150/2007 de 05/11/2007;
- ✓ Documentos da Renova Energia S.A de outubro e novembro de 2007.

Dados das empresas responsáveis pelo empreendimento:

Renova Energia S.A.

Av. Roque Petroni Jr. 999 13º andar
Fone: 55 11 5185 2830
Morumbi – São Paulo – SP
04707-010
Responsáveis: Ricardo Lopes Delneri e Renato Amaral

Av. Tancredo Neves, 3343 – sala 307-B Salvador - Bahia
41820-021
Fones: 55 71 3273 2554 - 3535 0500
Responsável: Ney Maron de Freitas

Dados da empresa de consultoria ambiental:

Preserv Consultoria Ambiental Ltda

Responsável: Engenheiro Sanitarista Luciano Cunha
e-mail: luciano@renovaenergia.com.br
Fone: 55 11 8187 5898
Av. Tancredo Neves, 1632, sl. 613-Torre Sul - Bahia
41820-020

ANEXO 9

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES INFRABRASIL

AVISO

O INFRABRASIL comunica o seu interesse em financiar o seguinte empreendimento:

Nome: Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs “Projeto Renova”

Localização: estados da Bahia, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Maranhão

Descrição: Trata-se do desenvolvimento de 24 Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs) a partir do aproveitamento dos potenciais hidráulicos de diversos cursos d'água, envolvendo 15 PCHs no Estado da Bahia, 3 em Minas Gerais, 2 no Mato Grosso do Sul, 1 no Mato Grosso e 4 no Paraná, totalizando uma potência de 233,4 MW. Além desses projetos estão sendo inventariados outros 16 aproveitamentos nos Estados do Tocantins, Maranhão, Bahia e Minas Gerais.

Informações Adicionais: Os principais impactos negativos previstos para a fase de viabilidade, construção e operação das PCHs estão sendo avaliados pela empresa de consultoria ambiental Preserv. Para minimizar esses impactos negativos deverão ser definidas diversas medidas de controle, minimização e compensação, além de programas de capacitação profissional, educação ambiental e comunicação social na região do empreendimento.

A empresa responsável pelo investimento deverá administrar questões comuns a todos os projetos, considerando sempre as características regionais e locais onde estes estão sendo instalados, de forma a minimizar eventuais disputas e conflitos de interesse.

Os procedimentos de licenciamento ambiental de cada PCH e definição de restrições ambientais deverão ser definidos e acompanhados pelos órgãos estaduais e ou federais de meio ambiente.

Convidamos a sociedade a manifestar-se sobre esta nossa intenção. Quaisquer comentários devem ser dirigidos à Área de Risco Socioambiental do ABN AMRO Real.

Contatos:

Christopher Wells (11) 3174-7834 christopher.wells@br.abnamro.com

Cristiane Ronza (11) 3174-6414 cristiane.ronza@br.abnamro.com